

ENTREVISTAS SOBRE OS BAIRROS SAAL DE TAVIRA

SELEÇÃO DE EXCERTOS E TEMAS



BAIRROS SAAL DE TAVIRA: MEMÓRIA SOCIAL E ARQUITETURA

CEAACP - UNIVERSIDADE DO ALGARVE

MAIO 2025

JOÃO BAÍA, LIA ANTUNES, MIGUEL REIMÃO COSTA E PATRÍCIA GONÇALVES

ENTREVISTAS SOBRE OS BAIRROS SAAL DE TAVIRA

SELEÇÃO DE EXCERTOS E TEMAS

2025

Organização



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

Apoio



Financiamento



ProMuseus
2023

FICHA TÉCNICA

Título |

Entrevistas sobre os Bairros SAAL de Tavira. Seleção de excertos e temas

Investigação e organização |

João Baía, Lia Antunes, Miguel Reimão Costa e Patrícia Gonçalves

Data |

Maio 2025

Edição |

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade do Algarve

DOI: <https://doi.org/10.34623/axx6-bp78>

Financiamento |

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto "SAAL Tavira: Memória Social e Arquitetura", promovido pelo Museu Municipal de Tavira, com financiamento da Câmara Municipal de Tavira e da Direção-Geral do Património Cultural / ProMuseus 2023. A investigação foi desenvolvida no CEAACP/UAlg, com coordenação de Miguel Reimão Costa, e financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00281/2025.

Agradecimentos |

Às associações de moradores Primeiro de Maio e Unidos de Cabanas.

A todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente neste processo de recolha de narrativas biográficas, dando o seu testemunho, indicando pessoas a entrevistar, ou apoiando o processo de pesquisa.

A todos os moradores e moradoras dos bairros SAAL do concelho de Tavira, particularmente a: Adelina Dionísio Candeias, Ana Paula Bagarrão, Anabela Martins, António Chaves Ramos, Aurélia Mártires Silva, Casimiro Gomes, Cristina Mestre, Deolinda Maie, Diamantino Costa, Dina Madeira, Fátima Sabino, Isabel Veríssimo, Isaurinda Ramos, Jacinto Pereira, Jorge Bernardo, José Armindo, José Veríssimo, Lídia Pereira, Lígia Mestre, Lina Santos, Luciano Baptista, Manuel da Encarnação, Manuela Basílio, Maria de Lurdes Santos, Maria Teresa Sares, Noélia Cavaco Ribeiro, Odete Leal, Paulo Sabino Jesus, Vitorina Andrade e Vitorina Martins.

Às pessoas vizinhas e às pessoas que prestaram apoio aos bairros SAAL:

Aldomiro Eusébio Jesus, Jorge Falcato Simões, José Manuel do Carmo, Julieta Bagarrão, Manuel Dias, Maria Emília Costa e Vítor Galo.

Agradecemos ainda o apoio de Ana Paula Carvalho, Carlos Baptista, Eduardo Sousa, Isabel Salvado, Luísa Ricardo e Óscar Caeiro Pinto.

O arquiteto João Moitinho foi entrevistado a 7 de agosto de 1998 por José António Bandeirinha (disponível no CD25A).

ÍNDICE

| | |
|-------------------------------------|----|
| Introdução | 1 |
| O lugar e as condições de habitação | 4 |
| A Associação de Moradores | 11 |
| A escolha do terreno | 20 |
| O projeto de Arquitetura | 24 |
| A gestão da obra e a autoconstrução | 28 |
| O papel das mulheres | 36 |
| A organização regional | 40 |
| O bairro hoje | 44 |
| O direito à habitação | 49 |

INTRODUÇÃO

EXCERTOS DE ENTREVISTAS A MORADORES E MORADORAS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

O projeto “Bairros SAAL de Tavira: Memória social e Arquitetura” impulsionou, entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, a recolha de testemunhos de moradores do bairro 1º de Maio de Tavira e Amigos Unidos de Cabanas, de vizinhos e de pessoas que apoiaram estes bairros na luta pelo direito à habitação. As entrevistas semiestruturadas focaram em alguns temas que apresentamos nesta publicação: as condições de vida e de habitação antes do 25 de Abril de 1974, o início e desenvolvimento do Processo SAAL, a escolha do terreno, a autoconstrução, a participação das mulheres, como está o bairro hoje e como se imagina o seu futuro.

A noção de que cada Operação SAAL tem a sua história e especificidades no que concerne o terreno de implantação, a relação com o poder local, a atividade da associação de moradores ou o tipo de participação das e dos moradores, como verificámos nos nossos estudos prévios e ao longo desta pesquisa, revelam a importância do estudo da história local durante este período. Elaborámos os guiões de entrevista a partir de pesquisas prévias que realizámos sobre o SAAL a nível nacional, regional e local (Antunes, 2023; Baía, 2012, 2014, 2016; Costa e Costa, 2022), procurando refletir sobre a importância do testemunho oral para a compreensão de realidades sociais e de histórias invisíveis.

O *Livro Branco do SAAL* (1976), publicado pelo Conselho Nacional do SAAL, também é uma coletânea de documentos, dados, artigos, importante para uma melhor compreensão do SAAL e a tese de doutoramento de José António Bandeirinha continua a ser a obra incontornável que fez uma radiografia do Processo SAAL e procurou mapear e caracterizar as operações SAAL em todo o país (2007). A coleção *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia*, com conselho editorial do CEAU-FAUP e editado pela Tinta da China (Santos, 2016; Costa, Costa e Fernandez, 2019; Costa e Fernandez, 2020, Costa e Costa, 2022; Santos e Drago, 2024) tem contribuído para o aprofundar do estudo e conhecimento sobre o SAAL, uma vez que foi dinâmico, dialético e tomou características próprias consoante a zona, cidade, bairro, associação de moradores ou brigada técnica. Beneficiámos da leitura do livro desta coleção sobre o SAAL Algarve (Costa e Costa, 2022) e da entrevista a João Moitinho, o arquiteto que liderou a equipa técnica dos dois Bairros SAAL, realizada pelo arquiteto José António Bandeirinha em 1997 e disponibilizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril que transcrevemos e analisámos. Ambos os documentos esclarecem sobre o contexto particular do Algarve, do Sotavento e de Tavira.

A etnografia sobre as memórias do SAAL Tavira seguiu os moldes de uma «etnografia em retrospectiva» (Almeida, 2002 e 2009; Ferreira e Almeida, 2017), que procurou analisar as memórias das e dos moradores que conceptualizam o passado a partir de um tempo presente (Almeida, 2002) através da história oral, do estudo das trajetórias biográficas e da consulta de documentação em arquivos locais e

nacionais. Para José Fernandez de Rota (2001), a antropologia urbana estuda a história na direção contrária - do presente para o passado -, em que o presente nos ensina a entender o passado ao recorrer a uma metodologia etnográfica da história urbana.

A etnografia, cada vez mais usada por diferentes disciplinas é um método diverso, dinâmico, que permite adaptações, ajustamento das técnicas mais acertadas para estudar determinado objeto de estudo ao longo da «produção de conhecimento antropológico em cada contexto histórico, social e cultural» (Ferrándiz, 2011: 13-14). Por vezes é necessário recorrer à “etnografia rápida” usada na antropologia aplicada que se consiga adaptar a prazos de projetos muitas vezes apertados e sem perder relevância. Sarah Pink (2013), sem querer prescrever esta solução para todos os contextos, convida à reflexão sobre a pertinência do seu uso em certos projetos com determinados objectivos.

Seguindo os fundadores da “Teoria ancorada” que propuseram a “amostragem teórica” (Glaser e Strauss, 1967: 45-77), procurámos representar os grupos que considerámos mais relevantes para compreender melhor o objecto de estudo, à qual acrescentámos o método de amostragem em “bola de neve” em que uns entrevistados indicam outros, procurando representar os vários grupos que se foram considerando mais relevantes para uma maior compreensão do objeto ao longo do processo de investigação. Considerámos a representatividade dos vários grupos nas nossas entrevistas, atentando ao equilíbrio de género que permitisse a compreensão de como os homens e as mulheres vivenciaram e como recordam o Processo SAAL. Os guiões das entrevistas foram, pois, adaptados aos diferentes grupos:

- Moradores e moradoras;
- Dirigentes das duas Associações de Moradores;
- Elementos das equipas técnicas do SAAL/Tavira;
- Membros de grupos que apoiaram os bairros.

Refletimos ainda, ao longo do processo de trabalho, sobre questões éticas, nomeadamente: devemos ou não anonimizar as pessoas entrevistadas? E elas quererão ser anonimizadas? Que tipo de consentimento informado? Apesar de termos explicado e solicitado a assinatura de um formulário de consentimento informado às e aos participantes neste estudo, consideramos que este não se esgota num documento e que existem diferentes graus de obtenção de consentimento: por exemplo, este pode igualmente ser dado oralmente e gravado, uma técnica especialmente útil quando lidamos com populações mais velhas. Além de dever ser continuado no tempo e baseado numa relação de confiança entre investigadores/as e participantes no estudo, o consentimento pode vir a ser recusado mais tarde. Exige-se-nos também a sensibilidade ética de perceber se as partilhas devem ou não devem ser inseridas no trabalho final, seja por motivos pessoais, familiares ou outros.

Como resolver as questões éticas e os problemas técnicos, desde o desenho de um projeto de pesquisa até à publicação dos resultados e sua devolução às populações com quem interagimos? A prudente, exigente e permanente vigilância epistemológica, uma forte reflexividade e capacidade de adaptação a novos

cenários são fundamentais para resolver as inquietações e as dúvidas que vão surgindo, discutidas entre a equipa e com a coordenação do projeto para se encontrarem as melhores soluções.

A reflexão crítica em torno destas questões deverão ser colocadas na avaliação ou balanço final do projeto, levando-nos a recordar e a justificar a razão de determinadas escolhas durante o desenvolvimento do projeto. É, pois, fundamental reforçar tanto a reflexão conjunta sobre procedimentos metodológicos em atividades interdisciplinares, como a partilha das tomadas de decisão e das inquietações passadas e presentes. Uma retribuição da generosidade da partilha destas memórias – nem sempre fáceis de narrar – é precisamente a devolução dos resultados da investigação. Neste caso, prevêem-se apresentações públicas nos bairros, a elaboração e publicação de artigos científicos e livros, como o presente documento, e a curadoria de uma exposição.

Referências bibliográficas

- Almeida, S. V. (2002), “Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das campanhas de dinamização cultural e acção cívica do movimento das forças armadas”, *Arquivos da Memória*, 12/13, 25-42.
- Almeida, S. V. (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*, Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.
- Antunes, L. (2023). *O meu sonho? ter uma casa. Pensar sobre habitação, cidade e cidadania das mulheres no Portugal revolucionário (1974-1976)*. *Astrágalo: Cultura de la Arquitectura y la Ciudad*, 33-34, 129-150.
- Baía, J. (2012), *SAAL e Autoconstrução em Coimbra – Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976*. Castro Verde: 100Luz.
- (2014), “SAAL – Architecture in times of hope”, *News from Portugal – Homeland* (jornal da representação portuguesa na 14th International Architecture Exhibition of Venice, Venice Biennale), 2, p. 18.
- (2016), “Kaleidoscopic memories of ‘mutual learning’ process on SAAL operation of Relvinha neighbourhood” in J. A. Bandeirinha, D. Sardo, G. Canto Moniz (ed.), *74-14 SAAL and Architecture*, Coimbra, e|d|arq - Publications of DARQ and CES - UC, Fundação de Serralves, pp. 177- 184.
- Bandeirinha, J. A. (2007) *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VI Conselho Nacional do SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL – 1974/1976*. Porto: FAUP Publicações.
- Costa, M. R.; Costa, A. A. (Coord.) (2022), *Cidade participada, Arquitectura e Democracia. Algarve*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Costa, A. A.; Fernandez, S. (Coord.) (2020), *Antas, Pedro Ramalho. Cidade participada, Arquitectura e Democracia*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Costa, A. A.; Costa, A. C.; Fernandez, S. (Coord.) (2019), *S. Victor, Cidade participada, Arquitectura e Democracia*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Fernández de Rota, J. A. (2001), «Metodología etnográfica de la historia urbana», *Revista de Antropología Social*, 10, p. 25.
- Ferrándiz, F. (2011), *Etnografías contemporáneas. Anclajes, métodos y claves para el futuro*. Madrid: Anthropos Editorial.
- Ferreira, S.; Almeida, S. V. (2017) Retrospective ethnography on 20th-century Portugal: fieldwork encounters and its complicities. *Social Anthropology*, 25: 206–220.
- Glaser, B.; Strauss, A. (1967), “Theoretical Sampling”. In Barney Glaser e Anselm Strauss (Eds.), *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing, pp. 45–77.
- Pink, S.; Morgan, J. (2013), “Short-Term Ethnography: Intense Routes to Knowing”, *Symbolic Interaction*, Vol. 36, 3, pp. 351-361.
- Santos R.; Drago, A. (Coord.) (2024), *Cidade participada, Arquitectura e Democracia. Lisboa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Santos, R. (Coord.) (2016), *Cidade participada, Arquitectura e Democracia. Oeiras*. Lisboa: Tinta-da-China.

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

1 O LUGAR E AS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio, n. 1955

«Eu vivi nessa casa até talvez aos meus seis anos. Dormia na mesma cama com os meus pais porque não dava para pôr uma cama para mim. Eu dormia com a minha cabeça virada para os pés deles. Depois mudámos para aquela casinha. Que eram duas divisões. Uma cozinha e um quarto. Como o quarto já era maior a minha mãe pôs uma cortina e eu tinha a minha caminha. Tinha o meu cantinho. Vivia com os meus pais e com os meus avós. A porta do quarto dos meus avós dava para a cozinha. E tinha um pequeno logradouro, onde fazíamos as necessidades num penico e despejava-se na lata e depois ia-se despejar na muralha. No Verão estávamos ali sentados às portas, a apanhar fresco. E dizíamos: “Olha, lá vai uma latosa”. Porque vinha o cheirete. Quando nós mudámos para esta casa ali na outra rua também não havia casa de banho nem água canalizada, nem eletricidade, não havia nada. Então tínhamos aquelas latas grandes de banha que se vendiam nas mercearias e o meu avô materno que era o homem dos sete ofícios fez uma tampa de madeira com uns grampos. A minha mãe tinha de pôr a lata à porta. Não podia deixar a lata dentro de casa. Só de noite é que metia dentro de casa. Estava sempre tapada com aquela tampa para não cheirar mal. Nessa casa já foi sem os avós, já foi a independência (...). Essa casa tinha uma cozinha e um quarto (...). Não havia janelas, tinha um postigo largo na porta e a minha mãe tinha sempre uma rede de pesca por causa das moscas. A minha mãe tinha pavor a moscas. E eu sou igual (...). Entrava-se logo na cozinha e logo assim à esquerda havia um cantinho onde havia um poialzinho, com uma cortinha em baixo e em cima a minha mãe tinha o fogão. Depois era o quarto que não tinha porta, tinha uma cortina. E à entrada do quarto à esquerda havia o vão de uma porta, onde a minha mãe tinha uma mala e tinha roupa pendurada ali. A cama dela ficava à direita, onde tinha o guarda-fatos e depois a minha cama ficava mais ao fundo, separada por uma cortina. Aquilo de inverno escorria água das paredes, porque aquela casa e a da vizinha do lado tinham sido umas cavalariças e eles pura e simplesmente rebocaram aquilo e fizeram umas divisões e pronto. E alugavam-nos. Nós pagávamos 50 escudos por mês (...). Mesmo assim havia meses que era difícil. Estávamos em 1962, ou 1963.

(...)

Os meus pais falaram com a vizinha da frente. Faziam lá as contas entre eles e ela deixou passar um cabo de eletricidade da casa dela para nós termos luz. Tínhamos duas lâmpadas, uma na cozinha, outra no quarto e pôs uma torneira à entrada da porta. Só tínhamos essa torneira. Tinha o lavatório, aqueles lavatórios de ferro. Antes íamos buscar a água ao poço da vizinha buscar com o cântaro. Íamos buscar água quando queríamos, não pagávamos. Da eletricidade pagávamos, não sei como é que arranjam lá essas contas, mas arranjam e entendiam-se bem. E depois dessa casa é que a minha mãe e o meu pai vieram para aqui para o bairro.»

Lina Santos (n. 1961)

Aqui em cima não havia casas. Só havia umas casas ali para trás. Lá debaixo até aqui eram só terrenos. Passo todos os dias pela casa, ainda está igual. Fizeram um restaurante, mas deixaram igual. Era o restaurante “A Grelha”. Já fecharam. Era o número 11, rua José Correia de Nascimento. Passo por ela todos os dias e digo sempre: “aquela é que é a minha rua”. Tinha dois compartimentos. Tinha um quarto, depois o outro tinha um biombo. E era a cozinha. Eram várias casas. Era uma casa grande, mas repartida por vários herdeiros. Depois tinha o quintal. Está igual, a casa está igual. Entrávamos pela parte da frente. Para as outras duas casas é que entravam pelo quintal. Tem um poço e tudo ainda está lá (...). Vivia lá a D. Aurélia e a Maria José Figueira que vieram viver para aqui também. Eram da mesma família, porque isto era dos bisavós. Depois isto foi dividido nas partilhas. Eram da família da minha mãe. Nós éramos quatro irmãos. Só que eu e a minha irmã vivíamos noutra casa de herança do lado da minha mãe. Era ali em baixo, era tudo perto. Éramos as mais novas. Dormíamos com uma tia, que vivia connosco também. E íamos comer à outra casa. Os rapazes ficavam na outra casa (...). Havia uma bica lá ao fundo da rua onde se ia se buscar água (...). As famílias nessa altura davam-se mais. Eram os irmãos, os primos, mas davam-se mais. Hoje em dia cada um tem a sua vida, anda cada um para seu lado, mas já não estamos tão ligados uns aos outros (...). A minha mãe estava em casa, o meu pai era pescador. Ficava aqui na costa. Tinha um barco dele, uma lancha. Antes de eu nascer comprou uma lancha, era dele e de um irmão dele. Os dois só.»

Aldomiro Eusébio Jesus (n. 1941)

«Havia casas de junco ali em baixo. Tínhamos três ou quatro ali. Os meus tios viveram numa casa dessas. O telhado e as paredes eram em junco. O pedreiro fazia parede. Depois em cima faziam os telhados de junco. Não chovia nem uma pinga de água. O chão era areia. Só tinha uma porta e um compartimento, um espaço só (...). Faziam o fogo (cozinhavam) na rua, cá fora. Viviam lá os pais e os filhos (...). Eram barracas de junco.»

Vitorina Andrade (n. 1940)

«Eu nasci na cabana e vivi lá com os meus pais até aos 16, 17. Eles continuaram lá. Eu é que não gostava de estar lá. Depois começaram a fazer moradias e depois não gostava de estar onde estava. Depois fui viver para Santa Luzia. Casei com o meu marido com 17 ou 18 anos. Aqui era o junco que íamos apanhar além à praia. Tinha duas partes só. Aqui era uma porta de madeira. E aqui era um postigo que fechava e abria. Tinha um trinco. Fazíamos fogo no chão e cozinhávamos lá dentro. O fumo saía pelo telhado (...). Sim, era uma casa que tinha chão e tudo. Tinha uma parede por dentro a dividir o que era de dentro, o que era de fora. Aqui era a minha cama e aqui a minha avó que dormia no chão com um colchão, porque o meu tio era deficiente, não conseguia fazer

nada. Aqui era o quarto da minha mãe e do meu pai. E aqui era a casa de fora onde dormíamos cinco pessoas. Éramos cinco. Os meus irmãos eram três. Todos na casa de fora. Não tinha janelas era só a porta e o postigo. O chão era de ladrilho. Via-se o junco. A casa era muito quentinha. Quando apetecia ao meu pai colocava uma camada nova de junco. O meu pai andava à conquitilha e trabalhava no campo, que ele era do campo. O meu pai era da serra. Depois compraram e fizeram uma casa grande, aquilo era grande. Havia um grande espaço à volta da cabana. Eles ocuparam o terreno todo na construção, naquele tempo era sem licença, sem nada (...). Havia outra cabana ali, mais à minha frente havia outra. Mas eram mesmo cabanas. Depois já começaram a construir casas. Havia duas cabanas. Três com a minha. Quatro. Mas antes era tudo cabanas.»

Cristina Mestre (n. 1958)

«Eu, até aos 12 anos, vivi com a minha avó e a minha tia ali na marginal, na rua principal ao pé do mar.

(...)

A nossa casa ficava metida num quintal e tinha ao lado um pocilgo de uma senhora. A minha mãe pôs um papel de forrar as paredes. Quando voltávamos a casa e acendíamos a luz do candeeiro a petróleo, ouvia-se um grande barulho. Sabe o que era? Baratas (...). Os dejetos iam para o pocilgo porque não havia casa de banho. As outras casas eram melhores. Eram quatro famílias que partilhavam o mesmo quintal. A D. Maria Jesus é que alugava aquilo. Essa tinha saída para a rua. A nossa não tinha saída direta para a rua.

(...)

Aquilo quando era ovas para comer aquilo era uma alegria. O meu pai era pescador, o outro era pescador. Nessa altura o peixe não era como é agora. Porque não havia poder de compra. Ninguém comprava nada. Não havia turismo. O peixe, você punha ali uma rede e vinha cheio. Era linguados deste tamanho, era tudo. Comíamos peixe ao almoço, comíamos peixe ao jantar, não havia frigorífico, depois tinha de se salgar, ou então depois fritar e pôr um molho de cebola. E o pão para depois molhar nisso?

(...)

Lavávamos a roupa nuns alguidares na rua. Íamos buscar a água às cisternas para tudo. A minha mãe punha as canastras à cabeça e ia à ribeira lavar (...). Onde ela mora, no bairro SAAL era a estradinha era a casa-de-banho de Cabanas.

(...)

Não havia chaves para fechar a porta. As portas ficavam abertas, não havia problema. Não havia carros.»

Lígia Mestre (n. 1970)

«Eram duas divisões. Entrava e era a cozinha, na outra divisão tinha um cortinado a separar onde os meus pais dormiam e onde eu e a minha irmã dormíamos.

(...)

Tomávamos banho em alguidares de esmalte. A mesma água tinha de dar para as três irmãs.»

Bairro 1º de Maio

Noélia Cavaco Ribeiro (n. 1969)

«Era uma casinha, tinha três divisões, era tipo dois quartos, um quarto onde dormia eu e as minhas irmãs. E outro onde dormia a minha mãe e o meu pai. E depois era uma casinha que fazia de sala, de cozinha, de casa de banho. Tudo. A casa era ali perto onde está agora a Pousada da Juventude. Era uma casinha pequenina. Tinha três compartimentos. Um era onde dormiam os meus pais e outro onde nós dormíamos e depois era a salinha. A casa de banho tinha uma piazinha debaixo da janela que dava para a rua (...). Guardo poucas memórias, mas gente fazia-se. Tomávamos banho num alguidar, porque não havia casa de banho. A casa de banho era só uma piazinha atrás de uma janela que dava para a rua (...). A Paula era bebé quando viemos aqui para a Bela Fria. Eu vim para aqui tinha nove anos.»

Maria de Lurdes Santos (n. 1955)

«Antes de vir para aqui morava ali na rua do Orfeão, na Rua Miguel Bombarda. Isso. Morava aí. Em duas casinhas pequeninas. Os meus pais viviam ao pé do matadouro e depois foram morar para Lisboa. Já não conheci avós. Os meus pais vieram para o Algarve muito novos. Acho que eram do Alentejo. Eu nunca conheci nem avós, nem tios. Nem da parte da minha mãe, nem da parte do meu pai. Sim, a primeira casa em que eu vivi foi aí. Vivia com o meu marido e as minhas filhas. Eu casei muito novinha, com 16 anos. O meu marido tinha 28. Já vamos fazer 55 anos de casados (...). Eu vim para Algarve com 12 ou 13 anos. Vivi com os meus pais, pouco tempo depois casei. Tive quatro irmãos éramos duas moças e três moços. Agora só estou eu e um irmão mais velho e uma irmã. Foi para Lisboa também pequenina. Os meus pais depois de velhos separaram-se e foram viver para Lisboa separados. Ao fim de 40 anos separaram-se. A minha irmã pequenina foi viver com a minha mãe. O meu pai tornou a fazer a vida com outra senhora em Setúbal. Eram duas casinhas pequeninas. Na casinha de fora tinha uma janela, tinha um cano à porta e nem água, nem luz tinha. Nem água, nem luz. Anos mais tarde, quando esta nasceu é que o meu marido foi à Câmara, puseram luz e puseram água. Tínhamos um candeeiro a petróleo. Tínhamos um fogãozinho pequenino a gás com duas bocas. Agora já não há. E havia a bilha ali ao lado, em cima de uma

mesa. Não tinha casa de banho, tinha um cano, agora já nem se usa isso. Um cano assim redondo. O meu marido fez um tipo de um caixote de vinho e depois pus ali um paninho e um vaso em cima. Ninguém sabia que aquilo estava ali. Nessa fotografia é a tia Beatriz e o tio Feles. Moravam ali onde a avó morava. Era na Travessa dos Pelames. Agora estão umas vivendas todas arrançadas. Os meus sogros moravam aqui neste lado. Os meus pais moravam ali ao pé do matadouro. Esta é a minha cunhada Ana. Este aqui é o meu pai. Olha o avô. O meu pai chamava-se Carlos. Ele é que fez a ferragem toda desta obra, dos pilares, foi ele é que fez. Não me lembrava desta fotografia. O meu pai trabalhava aqui, quando o bairro acabou de ser feito foi-se embora. Ele nunca morou aqui. Havia mais homens a trabalhar no ferro. Havia muitos aqui a trabalhar. Esta é uma fotografia da minha casa. Aqui é o meu marido e a minha Paula. E aquela é a minha casa lá em cima. Era a casa da Miguel Bombarda. A Paula é uma filha do meio. Esta deve ser a manuela e a Paula. Esta deve ser a Noélia e esta a minha Paula. Esta é a Anabela. E esta é a minha casa. Aqui era a porta, aqui a janela que eu falava. E aqui onde ela está havia o cano. Isto era por onde a gente entrava. E ao fundo tinha outra casinha pequenina. A cozinha ficava aqui na sala, a gente cozinhava aqui. Eram só dois compartimentos. Agora já está lá um prédio. Nessa casa aí nasceram duas filhas minhas e vivemos aí uns cinco ou seis anos. Pagava 100 escudos por mês de renda.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Primeiro estive ali onde era o João da Bica, onde estava uma rua estreitinha. Havia ali uma venda. Eu morei ali naquela rua. Na Rua dos Barbeiros, aquilo também não tinha condições nenhuma. Subia-se a escada para entrar. Aquilo estava tudo velho. O meu marido um dia pegou num balde de argamassa e começou a arranjar a escada para nós não tropeçarmos ao ir lá para cima. Depois morámos aí numa casa que era assim subterrânea. Subia-se a escada, havia uma mulher que morava aqui, morava a Maria dos Santos, depois morava a Arlinda. Depois eu entrava para um quintalão onde havia um poço e aí descia uns degraus. E era aí que eu morava. Numa espécie de armazém. E foi aí que fiz uma divisão, com sacas e depois pintámos de branco. Olha, aquilo ficava bom, com a cal ficava duro. Pois antigamente pintava-se as casas com cal. Não sei se as sacas eram pregadas à parede e depois aquilo aguentava. Já não me lembro. Sei que quando se entrava havia um espacinho. Tínhamos ali a cozinha e fazíamos ali o comer. Como aquilo estava tapado. Os quartos eram para ali. Então essas escadas davam acesso a um quintalão com um poço. Ainda existem essas casas. O quintalão ainda existe. Um quintalão é uma horta. Sabem onde é a Singer, das máquinas? A rua agora está em obras. A gente vai pelos correios e depois chegando ao fim da rua há uma rua que vai para cima. Morava aí muita gente também em más condições. Não havia água, não havia luz, não havia nada dessas coisas. Os meus irmãos ficaram no Alentejo. Nunca vieram para cá. Eu é que vim sozinha. Nessa altura quando morava nessa casa eu tinha uma filha. Fazíamos-lhe uma caminha cá fora. Ali naquela divisózinha. Eu dormia aqui com o meu marido e a minha filha tinha aqui outra caminha de ferro de corpo e meio, na casa de fora. A casa de fora,

era a cozinha, cozinhava-se com fogão a petróleo. E para ir fazer as necessidades tínhamos que ir à horta. Não havia casa de banho nem nada. Vivia lá muita gente, a Arlinda, eu, a Francisca Calduja, tudo a viver com más condições. Quando fui para lá, já aquelas estavam todas ocupadas. Só que a minha casa é que tive que fazer até essa dita divisão. Que era cá em baixo. Ninguém alugava aquilo. Aquilo estava desprezado. Nem sei quem é o dono daquilo. Francamente, não sei. Não pagávamos renda. As paredes eram de pedra, era uma construção boa. Só que estava já degradada. Os que moraram lá nunca vieram para cá. Eu vim para aqui já depois de estar ali no quartel a morar, onde vivi oito anos. Aí já era melhor. Mas também não eram boas condições. Enfim, aí já tinha que pagar a luz e pagar a água. Também não havia canalizada. Era um poço. Tirávamos a água do poço para beber e lavávamos. Havia umas casinhas, umas casas de banho, também não tinham condições, era apenas sempre a sanita e tínhamos de fazer um furo lá em cima para pôr um baldinho para ter a água quente. E tinha um alguidar de zinco para nós tomarmos banho. Mas essa já era a melhor, já tinha nos quartos, a casinha de fora e a cozinha era independente, era no quintal, mas era logo a seguir. Pois aí já pagava uma renda à vizinha Otília. A dona da minha casa era a Otília. Esse quintalão ainda existe. À direita do quartel. Em frente à Igreja de São Francisco. Também viviam aí muitas pessoas. Morou lá a Custódia, o Eduardo. O vizinho Bonito morava ali. Foi a vizinha Mariana. Foi o vizinho João. E era o Luís que era o filho e a Ana Maria. Pois que a Ana Maria agora, nesta altura, mora lá na Atalaia. Vieram desse segundo quintalão para aqui.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

2 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Bairro SAAL de Cabanas

Lídia Pereira (n. 1954)

«Isto estava tudo misturado e quando foi o 25 abril, ocuparam as Pedras da Rainha. Sim, houve muita malta que foi tudo para as Pedras. Daí começaram depois a pensar nestas coisas. Depois tiveram de sair. Porque as casas tinham dono. Depois separaram-se. Depois apareceu essa coisa do SAAL e então o meu marido pôs a mão a isso. Quem quis ficar lá ficou lá quem quis ficar cá veio para cá. As casas em Cabanas eram pequeninas e não tinham condições. Dormiam dois, três filhos num quarto, numa casinha. Havia um senhor que mora aí atrás, que tinha só um quarto e uma cozinha. E tinha uns quatro filhos a dormir tudo junto, não havia condições. A maior parte das Pedras já estava construída.»

Vitorina Andrade (n. 1940)

«O João Moitinho foi à minha casa. Ele não conhecia ninguém. Então ele andava a ver quem queria, quem não queria. E depois havia este bairro e o bairro de cima, o bairro social. Havia os dois. E eu escolhi este.»

José Armindo (n. 1955)

«Foi a Angelina que deu o nome à associação “Amigos Unidos de Cabanas”. Reunimos todos para escolher um nome para associação. De vários foi o que ela escolheu foi esse “Amigos Unidos de Cabanas”.»

Maria Emília Costa (n. 1949), apoio externo ao bairro

«Eu estava inserida mais ou menos na aldeia. Trabalhámos muito com o Zé Luís, que era nosso amigo. Depois começámos a estarmos juntos também. O João Moitinho morava ao lado de nós, na Casa da Barca, participávamos muito nas discussões deles e depois ajudávamos. Éramos amigos (...). A Casa da Barca era um conjunto de casas. Alugávamos separadamente. O João Moitinho estava numa das casas e nós alugámos ao lado. Vivíamos lado a lado. Vivemos um ano lado a lado. Apanhávamos marisco em conjunto. Depois havia festas de marisco lá em casa. Com alguns moradores. Com as pessoas mais próximas. Aprendi formas de viver diferentes, não é? Aprendi a dialogar de outra forma. Eu vinha de Lisboa, tinha estado na Holanda e tive que me adaptar completamente à nova forma de vida. Vinha do centro de Lisboa, tinha estado dois anos na Holanda. Tinha-me vindo embora antes do 25 de abril. Estive ausente dois anos e voltei a seguir ao 25 de abril. Eus sou do Algarve. Sou de Loulé. Mas não quis regressar a Loulé. O meu companheiro já estava em Tavira. Veio antes e eu decidi vir para baixo. Foi tudo uma adaptação de linguagem, de

formas de estar, conhecer a forma deles estarem. A mulher ir à tasca tomar um café à noite... Eu dei por mim. “Epá, o que é isto, não posso vir aqui tomar um café à noite? Então tenho de vir acompanhada para vir aqui? O que é isto?”. Mas não deixei de ir. E as pessoas foram aceitando, e aquilo foi-se transformando também. Eu cheguei a Cabanas em setembro de 1976. Eu comecei a dar aulas em setembro em Vila Real. A obra já estava a decorrer, mas o ano de grande desenvolvimento foi o ano seguinte, 1977. Que foi o ano em que eu estive mesmo em Cabanas. Parte de 1978 ainda estive em Cabanas. Sei porque os meus filhos nasceram em 19(80) e aí já estávamos em Tavira. Em 1983 vim para a Universidade do Algarve (...). Havia as pessoas da equipa técnica de Lisboa do Fundo de Fomento de Habitação, que era o João Mário Mascarenhas, que tinha uma ligação muito especial com aquele projeto de Cabanas. Quer com o João Moitinho, quer connosco. Ele também vinha cá abaixo. A engrenagem funcionava bem. Quando havia problemas de fundo, telefonavam e ele vinha ver, verificar. Eu era da UDP na altura. O José Luís era da UDP. Havia mais alguns moradores. O Albino. O Hipólito que tinha uma mercearia. A Zezinha Mestre também estava connosco, mas não era do bairro. A Maria José Mestre era professora, a Irene Viana e o Cesariano Viana que também eram professores e não eram do bairro. Mas apoiavam. Era um grande grupo, éramos muitos, era uma tertúlia. Fazíamos grandes patuscadas de marisco. Quando os pescadores vinham da pesca às seis da tarde. Quando faz a distribuição, nós éramos convidados. Guisado de choco com batata-doce. Meu deus. Éramos convidados naturalmente, estávamos juntos. O José Luís dividia o que pescavam. Depois faziam sempre uma jantarada. E muitas vezes nós também estávamos. Havia reuniões do núcleo com o Zé Luís, havia. Mas não era só do SAAL, porque havia outras questões. Havia a fábrica das conserveiras em Tavira a fechar. A UDP teve um papel importante no SAAL, porque apoiava. O João Moitinho também era UDP, que foi da UDP (...). Eu venho do movimento estudantil já na universidade, foi naquela altura das cheias, foi que comecei a ganhar consciência. Estudava no Técnico, a Associação de Estudantes do Técnico esteve muito envolvida no apoio às populações. O Guterres foi muito importante com a JUC no Técnico. As cheias ajudaram as pessoas a perceberem que o regime abandonou as pessoas. Foi uma revolta incrível. As pessoas morreram e o regime escondeu, escondeu, escondeu. Nós estávamos lá e perguntávamos: “O que é isto? Ninguém socorre?”. Chegam passado 48 horas. Foi uma revolta ali. Ainda fiz parte da associação do Técnico. Concertos do Zeca Afonso, perseguições, fugas. Aquelas manifestações a sair do Técnico super-rápidas em corrida. Depois a polícia aparecia e dispersávamos imediatamente. Isto já foi em 1971-72, depois o Técnico fechou em 1972. Foi fechado pelo Marcelo com invasão da polícia de choque. Eu tive a sorte de cair no Técnico que me ajudou a perceber. Já havia alguma compreensão anterior. Eu cheguei a Portugal na véspera do 1º de maio de 1975, viemos numa viagem de carro, num 2 cavalos, atravessámos a europa. E viemos à manifestação de 1 de maio de 1975. Depois aderi à UDP passado 15 dias. E o Zé Manel também (...). O João Moitinho tinha uma característica muito forte, ele era uma pessoa muito amigável e de fácil relação com os outros. Tinha uma grande capacidade de construir em conjunto, com os outros. Criava uma relação afetiva com as pessoas.

Isso foi importante, porque gerava confiança e possibilidade de: “Esta gente está aqui porque quer fazer coisas connosco a sério. Não nos vão deixar”. Depois o dinheiro era a fundo perdido, tudo isso ajudou (...). Havia um estrangeiro que já faleceu e havia um jovem, um Tiago, que trabalhava connosco. Eu julgo que ele era mais surfista e estava ali a trabalhar connosco. Aquelas pessoas jovens que tinha vindo para Cabanas e que depois foi integrada no trabalho. O João foi par Tavira e abriu atelier de arquitetura normal (...). Eu também tinha um grupo de miúdas que trabalhavam comigo no Teatro Infantil de Cabanas. Eu tinha 25, 26 e elas tinham 18, 19 e tinham acabado o 12.º ano. Eram as pessoas mais cultas da aldeia. Tinham acabado o liceu, as que estavam a terminar o liceu é que me ajudavam.

(...)

Olho para o SAAL como das hipóteses de solução, mas também para as cooperativas. Aquele projeto foi possível, do meu ponto de vista agora, porque nasceu numa altura em que as pessoas estavam disponíveis para reunir, para construir com as suas próprias mãos. Ali houve autoconstrução. Estávamos todos muito disponíveis para trabalhar em conjunto. Quer a equipa técnica quer os moradores estavam ansiosos, desejosos por ter a sua casinha. E estávamos todos disponíveis para reunir e construir com as próprias mãos. O que eu agora penso, o SAAL foi um projeto único no país, não só pelo resultado final, mas pelos elos, por aquilo que as pessoas aprenderam durante o processo. Aquilo foi um desenvolvimento cultural para as pessoas. Uma unidade forte entre as pessoas. E foi possível porque havia confiança, havia confiança quase absoluta na equipa técnica, nas pessoas que estavam ali a trabalhar. Ninguém pensava que estavam com outros objetivos. E essa confiança gerou resultados. Acho que acho que foi deste elo muito grande. Também ali temos o Zé Luís, que foi um homem, um homem com grande capacidade de fazer ligação. Mas também temos o João Moitinho, que era um arquiteto muito particular. Era meu amigo pessoal e de facto era uma pessoa com uma horizontalidade na conversa, no tu cá tu lá, no abraço, no afeto. Porque ele era uma pessoa afetuosa e que imediatamente as pessoas se ligaram e que tornou possível aquela construção. Foi construído com cada família, “como é que vocês querem?”, quase passo a passo. É uma casinha de pescadores tal e qual como as pessoas desejavam ter.»

Dina Madeira (n. 1957)

«Fomos a Lisboa a uma manifestação. Acho que foram várias. Também há um bairro SAAL em Monte Gordo, em Vila Real, Tavira, Tavira. Monte Gordo (...). Foram muitas excursões a Lisboa nessa altura.

(...)

Temos além aquele armazém, que foi construído antes para se meter o cimento e os materiais. E depois ficou, não foi abaixo.»

Lídia Pereira (n. 1954)

«Era o João Moitinho e mais uns quantos. Um era o José Carlos. Íamos para a Casa da Barca, íamos para lá para fazer reuniões. Chegámos a ir para lá. A Casa da Barca fica onde começa o Golden (...). Isto é pequenino conhecemo-nos todos uns aos outros.»

José Manuel do Carmo (n. 1950), apoio externo ao bairro

«Na altura era um jovem de 25 anos. Ouve-se falar do Processo SAAL e enquadrava-se dentro do espírito da época. Era uma proposta inovadora e uma proposta necessária (...). O objetivo era o poder popular, de certa maneira, isto é, mobilizar as pessoas para gerirem as suas próprias necessidades e resolver os problemas com o Estado a apoiar. Era a utopia realizada, era o que se pretendia na época com a vontade de dar poder às pessoas e mobilizar as pessoas para a vida política, mas no sentido social. E aquilo era perfeito para a época. Além de que eu era militante activo de uma organização política e, portanto, de esquerda, claro. E, portanto, aquilo era o que também nós queríamos, era trabalhar com as pessoas, trabalhar com o povo. Já morava em Tavira, conhecia as pessoas e, de certa maneira, incentivámos as pessoas a ultrapassarem as suas dificuldades, a mobilizarem-se, a constituírem a associação. Embora nunca tenha pertencido a nenhuma das duas associações. A de Cabanas acompanhei muito. Era amigo pessoal de alguns dos dirigentes e como era militante ativo confraternizava com os de Tavira também.»

Manuel Rodrigues da Encarnação (n. 1936)

«Inscrevemo-nos no bairro SAAL. As pessoas que estão lá a morar inscreveram-se. O pessoal juntava-se e havia um rapaz que já morreu, dois que já morreram, que estavam à cabeça disso, que já faleceram. Era um rapaz que era o Albino e um que era o José Luís. Todos eles já faleceram. Fomos uma vez em excursão a Lisboa, todos do bairro para conversar. Não fizemos barulho nem nada. Andámos pela rua, só. Mais nada. Fomos a Lisboa numa camioneta. Fomos para o Fundo de Fomento da Habitação e dali seguimos para baixo, pela avenida abaixo. Mas ninguém abria a boca. Só andando. Mais nada.»

Cristina Mestre (n. 1958)

«Esse grupo da UDP começou a dizer, como viram que a minha mãe estava receptiva a isso, que o governo, o Estado dava o terreno, o terreno não é nosso. E depois eles iam construir, ajudavam. Houve uma altura que eram os do bairro social e o projeto SAAL, estava tudo metido no mesmo. Mas depois, enquanto que no bairro social pagava-se uma renda à Câmara, muitas vezes era simbólica. Ali não, ali tinha-se que ir pagando aos poucos. Pagavam 1000 escudos. Uma coisa assim. Então muitas pessoas não quiseram. Para tomarem uma posição de força, muitas pessoas

foram ocupar as Pedras da Rainha depois do 25 de Abril. Aquilo estava tudo em stand-by, para pressionar. Quando foi a altura de pressionar estava aqui um senhor que era o Humberto Simão que era de direita e os outros da UDP. Então, começou logo a haver um conflito. Uns viraram-se para um lado, outros viraram-se para o outro. Do outro era o Zé Luís do Carmo Pereira que ainda lá está a rua. Ele era muito amigo do Acácio Barreiros, que também era um homem novo. Eles depois começaram a mandar sacos de cimento, tijolos. A construção depois eram as pessoas a ajudar, a minha mãe e outras para fazerem as casas. Era menos esse dinheiro que se pagava. Esses como eram arquitetos ajudaram a fazer o projeto da casa.

(...)

Só fizeram uma ocupação, mas foram mais do lado de lá, porque ali era assim. O Zé Luís estava com a parte do projeto SAAL e diziam: “A Câmara dá o terreno, isto fica com ruas, depois vamos pagando a casa, fica nossa”. Enquanto no outro bairro as casas são da Câmara. Tentaram aí aproveitar o terreno ao máximo. Depois meteu-se a política porque depois quer queiramos quer não a seguir ao 25 de abril. O Zé Luís era da UDP, o Humberto era do PSD. O Zé Luís era de esquerda e nós também éramos de esquerda. Nessa altura também era comunista. A minha mãe também era de esquerda (...). O Zé Luís fez um excelente trabalho, perdeu muitas horas de ir ao mar, combateu para pôr nomes de ruas.»

Bairro 1º de Maio

Luciano Batista (n. 1947)

«Eu era novo e fui bater palmas para o Humberto Delgado. Cheguei aqui ao lado da praça e apanhei. Era pequenino. Apanhei porrada da polícia até dizer chega. Depois tive no posto da polícia. Estive lá três ou quatro horas preso. Eu e o desgraçado do meu irmão. Puseram-nos a arrancar erva. Estávamos a gritar “Viva o Humberto Delgado”. A gente ouvia os homens, as pessoas a gritar e a gente gritava também. Sabia lá agora quem era o Humberto Delgado. Estive lá umas cinco ou seis horas. Quer dizer, em vez de prenderem a gente, deram um bocado de ferro para arrancar ervas na zona toda á volta do posto. Durante cinco horas. Sim, era polícia. Aquilo era uma ditadura.

(...)

Quando houve o 25 de abril eu não estava cá. Estava em Moçambique. Fui para lá trabalhar. Estive lá dois anos. Trabalhei na construção civil. Estava no escritório. Era o apontador das pessoas que entravam e saíam. Quando houve lá o 25 de abril, depois houve aquela grande invasão. Toda a gente queria bater nos brancos, toca a fugir de lá para fora. Tivemos que fugir. Ficou lá tudo. Levei a minha mulher e o meu filho, estivemos lá dois anos. Voltei ainda em 1974, passado uns meses começou-se a formar o bairro e eu como não tinha casa vamos embora. E então fundámos esta associação. Foi uma senhora que era notária aqui no registo em Tavira. Uma senhora que era de

Silves. Até era aleijada de uma perna. Essa senhora é que mobilizou o pessoal todo. Fazia o esquema todo “você tem que vir, você tem que vir, diga lá a outra e à sua vizinha”. Era a Maria Luísa Anselmo, ela é que decidiu tudo. Ela é que fez os estatutos da associação. Fez tudo. Os nossos e os de Cabanas e tudo. Era muito amiga do João Moitinho muito, muito, muito amiga. Se não fosse o João Moitinho também nós não construíamos nada. Porque ele é que dava força para nós não desistirmos. E havia pessoas que queriam. Já desistiram alguns. Havia pessoas que queriam desistir. E ele “você não tem casa, tem que vir para aqui e veja lá. Não vem hoje, vem amanhã”. Era uma pessoa impecável, o João Moitinho. E ele andava sempre com o José Carlos e com o Ho Kai. Eram os três, o Ho kai, o José Carlos. E também foi o engenheiro Chaves Ramos e o Mateus também fizeram parte da equipa técnica.

(...)

Acho que chegou a haver ocupações de casas. Mas depois foram corridos. A relação com o bairro de Cabanas era boa. A gente combinava uns com os outros. Tínhamos relação uns com os outros. Eles vinham cá, a gente ia lá. Empréstávamos umas coisas que fazia falta a eles e havia outras que eles nos emprestavam. Estavam aqui mais perto. Havia convívios. “Passa-se isto assim, assim”. “Está bem, amanhã vou lá buscar”. Isso foi na Mexilhoeira, Carregação, Enxerim? Eu sei que fui lá, mas já não me lembro onde foi. Era a malta de cada associação (...). Eu conheci todos os bairros SAAL. Conheci essa gente toda. Eles não vinham cá, eu é que ia lá quase sempre. Eu fazia parte do Secretariado de Associações do Algarve. Tinha que andar sempre de um lado para o outro. As mais próximas de nós era a de Cabanas, onde estava o Zé Luís. O Zé Luís que já morreu. Tínhamos a de Monte Gordo, a de Vila Real de Santo António e a de Olhão o pé da Estrada Nacional 125. Depois havia outras Carregação, Bensafrim. Nós juntávamo-nos mais com os de Monte Gordo e Cabanas. Com as outras associações era só de vez em quando. Nós fazíamos anualmente um encontro das associações de moradores. Era a equipa que gente tinha que organizava. O João Moitinho apoiou a gente em tudo, tanto na arquitetura como no movimento das coisas. Se fossem ricos não vinha nenhum para aqui. Tinha que ser pobre. Os ricos aqui é que não entravam. A senhora contactou várias pessoas aqui do bairro. Disse-lhes para perguntarem a outras pessoas se estariam interessadas na associação, depois foram dizendo umas às outras.»

Isabel Veríssimo (n. 1948)

«Eu ainda cheguei a andar de porta em porta, a perguntar às pessoas quem é que se queria inscrever. E como o Otelo vinha cá então diziam que nós éramos uma data de comunistas. Não nos ralámos. As pessoas diziam: “Alguma vez quero ir para lá. Aquilo é assim e assado”. As pessoas das quais falavam pior são as pessoas que nunca se meteram em confusões. E depois quando isto se fez, claro que isto as pessoas deram-se todas bem umas com as outras.»

Odete Leal (n. 1958)

«Nós soubemos que a associação que tinha sido fundada nessa altura. Havia reuniões na Escola de Pesca, onde é hoje a Cruz Vermelha. Cheguei a lá ir duas ou três vezes para ver o que é que se passava, como é que era. E fui lá. Interessou-me, claro. Não tinha casa. Na altura interessou-me o facto de irem construir casas baratas, porque não tínhamos dinheiro para dar, como é óbvio, na altura. E então aquilo depois foi muito bom.»

Maria de Lurdes Santos (n. 1955)

«Não sei se foi qualquer pessoa que veio. Quando nos juntámos todos foi ali na escola de pesca com esse cantor, o Zeca Afonso. Ele veio cantar e juntou o pessoal todo falou sobre o projeto e depois isto foi andando. Ainda aí cantar umas duas, ou três vezes à Escola de Pesca para a gente arranjar dinheiro. Mas já não me recordo bem como é que isso foi. Houve uns quanto que trabalharam aqui e depois venderam as casas. O dinheiro que tinham feito em horas de trabalho os da associação pagaram-lhes em dinheiro e eles foram-se embora. Há um que mora além que mora na Porta Nova também andou aqui até quase ao fim. Recebeu o dinheiro e depois apanhou umas casas da Câmara. Pelos menos três dos que conheci fizeram isso assim. Lembro-me muito bem da Luísa Anselmo. Ela era de Silves. Pois esta também chegou a andar aqui com a gente. Fez reuniões onde estão agora as finanças. Fez reuniões aí para juntar a gente toda. Era muito boa senhora. Quando ela faleceu, ainda foi daqui uma camioneta para ir ao funeral dela. O arquiteto era o João, andavam sempre os três juntos. E era o chinês, o Ho Kai. Esses quando havia reuniões andavam sempre os quatro juntos, os quatro. A Luísa Anselmo, que ainda fez uma exposição da roupa dela para as pessoas comprarem para juntar dinheiro para aqui, para a associação.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«A Adelaide, a mulher do Manuel Luís. Ela é que fazia as reuniões lá para a gente. Íamos todas as noites às reuniões para construir a casa.

(...)

Eu lembro-me do 25 de abril, não me hei de esquecer Lembro-me de estar ali no largo e perguntar: “Mas o que é que se passa aqui?” Não sabia de nada. Vi muita gente. E depois eu entendi que era o 25 de Abril. E foi aí que começámos a tratar destas coisas da casa. Ouvi a rádio e pensei assim: “Mas então o que é que se passa aqui?” Lá em baixo juntou-se muita gente foi quando disseram que era o 25 de Abril. E vim para a rua, ali ao pé das escadinhas.»

Vitorina Martins (n. 1947)

«Também fui para ao pé das escadinhas. Estava eu grávida do meu moço. Lembro-me do 25 de Abril. Estava grávida. Ele nasceu a 5 de maio.

(...)

Fomos de autocarro à manifestação em Lisboa. No início isto esteve parado porque não queriam que o SAAL fosse avante. Também íamos com os de Monte Gordo. A gente ia daqui, os de Monte Gordo vinham de camioneta de lá e vinham apanhar aqui a gente, a Vila Real de Santo António e a Cabanas. Cantávamos assim. CASAS, SIM! BARRACAS, NÃO! AS CASAS SÃO DO POVO, ABAIXO A EXPLORAÇÃO.»

José Veríssimo (n. 1950)

«Antes do Luciano estar aqui na direção estive eu. Mas era bom que vocês falassem com um dos fundadores que apoiou mesmo a gente. Foi o Sr. Manuel Luís Reis e a mulher. Fazíamos reuniões na Escola de Pesca de Tavira, depois víamos pessoas que necessitavam de casa. Se queriam dois quartos, três quartos. Como é que queriam o lava-loiça. Na Escola de Pesca fazíamos reuniões, os bailes e antes dos bailes íamos à rede, à pesca. Para apanhar peixe, para ganhar fundos, para vendermos no nosso bar os petiscos e para ganhar dinheiro para a gente, para fazermos as nossas casas.»

Maria Emília Costa (n. 1949), apoio externo ao bairro

«E da bela fria? Nós tivemos uma organização política, tivemos uma função mais pontual. Muito mais pontual. Eu não acompanhei. E neste momento já estava. Ajudávamos na altura das festas, das celebrações para angariar fundos, porque a gente tinha de angariar fundos também, não é? Portanto, era o nosso papel. Era mais esse o de irmos lá organizar a festa. E depois havia umas quermesses (...). Venda de copos, petiscos e não sei quê. Portanto, era mais no recinto da Bela Fria, para angariar fundos, era mais aí que eles nos pediam ajuda.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

3 A ESCOLHA DO TERRENO

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio (n. 1955)

«O terreno foi cedido à Câmara. Uns lotes eram da Câmara. Outros acho que foram cedidos e outros foram comprados. Um ou dois lotes foram cedidos, não sei bem.»

José Armindo (n. 1955)

«Do que eu me lembro é que este terreno pertencia à Casa dos Pescadores. Só se a Câmara expropriou e teria atrasado o processo. Este terreno pertencia todo à Casa dos Pescadores. Naquele tempo era novo, não estava focado nessas questões. As únicas direções que eu estive foi na Junta de Freguesia e no Clube Recreativo Cabanense, aqui não. Esta direção da associação já me convidou e eu disse: “Não vale a pena”.»

Jorge Bernardo (n. 1947)

«Já estava, já estava em Lisboa. Precisávamos de dinheiro para comprar o terreno. O terreno era privado. Eram quatro terrenos, tudo tinha dono. Venderam para fazer as casas. Os terrenos eram de pessoas do campo. Semeavam, semeavam trigo, semeavam milho. Aqui era tudo do campo e aqui fazia uma baixa, quando chovia inundava. Aqui estava sempre cheio de água. A água vinha lá de cima e aqui ficava tudo cheio de água.»

Casimiro Gomes (n. 1959)

«Era aguado. Não tinha cultivo. Era só ervas. Portanto era um terreno abandonado. Passava uma vala de água. Vinha de lá de trás. Mas lembro-me que passava numa vala de água.»

Bairro 1º de Maio

Maria de Lurdes Santos (n. 1955)

«Primeiro chamavam-nos comunistas, não queriam que éramos comunistas, depois veio para aqui, veio para cá morar. Dizem que o bairro foi feito pelos comunistas. Então eles chamavam-nos comunistas. Quando o dono disto vendeu isto, que que a gente foi a Câmara para a reunião começaram a chamar-nos comunistas. Viemos ver o terreno. Quando chegámos aqui já vinha a tropa armada até os dentes. Que éramos comunistas. Depois o dono é que disse: “não, eles estão

aqui, porque eu disse que ia vender isto”. O George Rosado, que era o dono deste terreno que era uma quinta. Eles deram dois ou três a escolher, mas era tudo muito longe e como o mais perto, era este, ele ouviu a conversa e porque se calhar tinha falta de dinheiro saiu lá do gabinete e veio depois a solução de vender isto. E o genro dele era capitão da tropa. Quando chegámos aqui estava tudo armado até aos dentes, até os carros com metralhadora e tudo. Aí é que apanhámos um cagaço. Não foi brincadeira. Isto foi logo a seguir ao 25 de abril. Se calhar foi a mulher que avisou qualquer coisa. Pensavam que a gente vinha invadir isto, vinha roubar isto. Os outros terrenos eram muito longe. O único terreno que era mais perto era aquele ali passado aqui a Estrada Nacional 125 para lá da ponte. Aquilo ao pé do rio com crianças. Não era seguro. “Como é que eu ia fazer ali uma casa?”. Nós não queríamos. Não quisemos ir para ali. Depois o senhor ofereceu, vendia este terreno. E foi daí que depois viemos para aqui. Decidimos todos. As pessoas todas estavam lá. Como ele ofereceu o terreno que vendia as pessoas quiseram ficar aqui e ele vendeu. Como havia crianças pequeninas queríamos uma coisa que fosse dentro da cidade ou mais perto da cidade. Outro já não me lembro onde era. O senhor Rosado propôs vender o terreno. Vendeu. Todos queriam vir para aqui. Aqui era mais perto porque é quase no centro da cidade. Logo que o dono se comprometeu a vender. Toda a gente queria que o presidente desse a resposta ou sim ou não. Ele se calhar queria vender era o dele, além. O Zeca Santos morava na Porta Nova. Ele já faleceu. Ele ainda propôs irmos para aí. Mas a gente não quis. Quis vir para aqui.»

Vitorina Martins (n. 1947)

«Casas sim! Barracas, não! As casas são do povo. Abaixo a exploração!». Esse capitão mandou os soldados com a espingarda atrás da gente para dar tiros. A fazer aquilo que era pra gente ir embora com medo. Para meter medo a gente. Aqui tinha um valado e quantas vezes ele veio para estar aqui, ver se o pessoal estava a trabalhar ou não. Estavam sempre com a espingarda. Era o genro que mandava os soldados. Era um chalé bom, era um chalé bonito. Vieram de Cabanas, vieram de Vila Real e de Monte Gordo a essa manifestação no quartel.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Foi muito difícil nós apanharmos isto. Nós trabalhámos muito. A gente andou aí na rua e tudo porque aqui morava a senhora Cristina e o George Rosado. Já não existe a casa aí. Essa casa foi demolida. Mas o genro queria aquela casa. O genro estava no quartel. Era um major. Uma vez fomos para a porta do quartel para fazermos uma manifestação.

(...)

Ele não queria porque aquilo ia ser demolido, se não, não havia terreno suficiente. Além é que era a casa deles. Nessa manifestação fomos todos aqui do bairro. Fomos ao quartel.»

Luciano Batista (n. 1947)

«Levávamos os autos de medição e o FFH pagava. Cheguei a ir lá com o Engenheiro Prado às tantas da manhã a Lisboa para ir buscar o cheque. Eu fui lá ao ministério pelo menos oito vezes falar com o secretário do ministro da Habitação. E trazíamos o cheque para baixo. O engenheiro Prado era presidente da Câmara, a seguir ao Zeca Santos. Ele andava sempre em cima da gente aqui. O que for preciso, contem comigo. Íamos a Lisboa numa Renault 4L (...).

O Zeca Santos é que pagou a escritura do terreno ao George Rosado. Isto foi expropriado, foi-nos cedido durante 70 anos, renovável por mais 70 anos. A Câmara é que expropriou o terreno. Agora quem pagou já não sei se foi a Câmara ou o Fundo de Fomento de Habitação (...). O homem não deixava de ter razão. Estava já a construção em curso e ainda não tinha recebido. Chateou-se connosco. Agora aqui já ninguém constrói nada (...). Recebeu umas massas valentes e ainda me prometeu, com uma espingarda, que me matava a mim e aos outros todos. Ele não se importava de ficar sem a quinta só que o dinheiro não aparecia e nós começámos a construir e ele um dia aparece em cima da casa. “Parem já isso ou mato todos”. Tive de ir à Câmara falar com o presidente, que nessa altura era o Zeca Santos, a ver se davam o dinheiro ao homem. O homem não nos deixava construir, embirrava sempre com a gente. Até que fui com ele à Câmara e o homem assinou o documento. O presidente da Câmara disse: “fique descansado, já podem começar a construir”.»

João Moitinho (1948-2004), entrevistado a 7 de agosto de 1998 por José António Bandeirinha (disponível no CD25A)

«O Zeca Santos, o presidente da Comissão Administrativa advogava e acho bem o princípio de recuperar as partes dentro do casco urbano antigo abandonado, casas abandonadas e fazerem-se tantas recuperações como os moradores. É evidente que as pessoas não estavam interessadas nisso. As pessoas não estavam interessadas em ir viver para casas velhas. Tinham uma aspiração queriam um bairro novo e uma casa nova.

(...)

E a Câmara argumentava. Não há bairro social em Tavira, porque é que vamos fazer agora a divisão espacial dos ricos e dos pobres? Tinham uma certa razão. De qualquer maneira o que a gente dizia, era. “Não, a divisão está feita entre os ricos e os pobres. Agora se os próprios pobres escolhem o sítio para morar e são eles que o escolhem e é na encosta norte do castelo, é a escolha deles”.

(...)

O que eu achei foi que qualquer um dos quatro bairros em que eu participei as pessoas foram elas mesmo que fomentavam a associação. Não era ninguém de fora que lhes propunha e sugeria, portanto, estavam ali assim um pouco a ver como é que as coisas aconteciam. Sabiam o que é que queriam, sabiam o que era o programa, sabiam o que é que queriam. E sabiam as condições do terreno. Pelo menos Tavira e Cabanas as pessoas trabalharam a abrir valas, a pôr pedras, a transportar massa”.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

4
**O PROJETO DE
ARQUITETURA**

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio (n. 1955)

«Quando os meus pais vieram para aqui, o quintal tinha uma parte de terra. Tinha um limoeiro. O meu pai semeava. Mas depois o limoeiro começou a crescer muito, tapava a luz da sala. O meu pai construiu uma casinha em cima onde ele guardava e remendava as redes e o material da pesca.

(...)

A casa era conforme o número de filhos. Há algumas que tem dois quartos em cima, há outras que só tinham um (...). Eu fiz um quarto em cima. Aliás, fiz um estúdio com uma casa de banho, um quarto e um espaço pequenino com as máquinas (...). Uma senhora aqui tinha três filhos, mas não quis ter três quartos, por exemplo. Não quis uma casa com três quartos, porque tinha medo de não ter dinheiro para pagar uma casa com três quartos. Só quis uma com dois. Portanto, ao fim ao cabo, as pessoas escolheram assim. No caso dos meus pais, como só tinha uma filha, só tinham direito a uma casa com dois quartos, um para eles e outro para mim. No caso dela, três rapazes num quarto era complicado.»

Aurélia Mártires Silva (n. 1936/1937)

«Cada uma dava a sua opinião. Uma queria dois quartos, outra queria três. Eu não tenho filhos, nunca tive. Queriam-me dar só um quarto e eu disse que um quarto só não dava muito jeito, que há sempre necessidade de dois quartos e eu tenho dois quartos e esta senhora aqui ao lado tem quatro, porque tinha seis filhos. Morreu um. Discutia-se mais o número de quartos. As casas tinham uma cozinha e uma sala. O quintal foi feito na área que sobrou. Fizeram a medida para as casas, sobrava aquele terreno e deixou cada um ficou com o seu quintal. Cada pessoa utilizou o quintal à sua maneira, depois das casas feitas. Há quem tenha marquise. Fizeram uma marquise no quintal. Eu tenho uma laranjeira que por acaso está carregada de laranjas e um limoeiro. É assim outros fizeram casas. Olhe esta senhora que morou na cabana fez uma casa. À medida que tinham necessidade de mais espaço foram fazendo à maneira delas.»

Dina Madeira (n. 1957)

«Os quintais não ficaram acabados, estes quintais grandes. Os quintais não ficaram acabados, ficaram por rebocar, ficaram baixinhos, depois é que os subimos. Esta obra fiz agora há pouco tempo, fiz uma cozinha nova, acrescentei a cozinha para a frente. Está muito bonita. Ninguém imagina a cozinha que ali está.»

Ana Paula Bagarrão (n. 1955)

«Ele até me fez o projeto porque a minha casa, esta casa, não tinha casa em cima. Como era só eu com a minha mãe. Nessa altura só tinha um quarto. Tinha os dois quartos da minha mãe. Tinha o meu. Não tinha casas em cima e depois eu é que mandei fazer. Foi o João Moitinho que me deu os projetos todos, que já faleceu. Ele aceitou perfeitamente. Não pôs entrave nenhum. Não pude fazer janelas largas. Teve que seguir o projeto. Esta janela aqui. Hoje já todos têm, porque depois de comprarmos as casas, as casas estão pagas e cada pessoa tem posto à sua vontade.»

João Moitinho (1948-2004), entrevistado a 7 de agosto de 1998 por José António Bandeirinha (disponível no CD25A)

«Os moradores de Cabanas são pescadores que vivem à beira-mar e no dia a seguir têm o barquinho com as redes e as redes têm de ser arrançadas e guardadas o pau estafego, são as redes, os aros, as peças. (...) Queriam espaço para arrumar as artes da pesca (...). A tipologia que ambicionavam era a tipologia do fogo existente, o quintal atrás, escondido. O quintal tem muita função: serve para comer a sardinhada, estender a roupa. Por exemplo, em Cabanas não podíamos fazer a entrada no quintal para dentro de casa. O quintal tem de ser exterior. A entrada da casa é uma entrada oficial, só para as visitas. O pessoal entra todo pela porta lateral que vai ter ao quintal. Eu penso que o processo de Cabanas foi o mais discutido, a tipologia foi bem discutida. O quintal era privado, tinha muros altos para proteger a privacidade do espaço exterior, que é a tipologia aqui da casa. A entrada da casa muito apoiada sobre a rua e o quintal por trás.»

Bairro 1º de Maio

Luciano Batista, Tavira (n. 1947)

«Aqui há casas de dois quartos, três quartos e há duas de quatro quartos. Quando pagava a renda, tinha de pagar mais qualquer coisa, tinham mais um quarto.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Quando íamos às reuniões isso foi quando começaram a construir, perguntavam quantos quartos queríamos. E eu disse que queria três. Tinha uma filha e dois filhos. Queria três e tem três quartos.»

Vitorina Martins (n. 1947)

«Nas reuniões discutiam-se os preços das casas. Como é que queríamos as casas. Era conforme o tamanho das famílias. Na minha casa são quatro quartos. O João Moitinho que tenha a alma em descanso. Falava bem, ouvia.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

5
A GESTÃO DA OBRA E A
AUTOCONSTRUÇÃO

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio (n. 1955)

«Tiveram alguns problemas. Já no final da construção o mestre de obras abandonou a obra e foi este vizinho que era pedreiro que acabou as casas (...). A minha mãe ficou muito triste. As casas eram sorteadas. As pessoas escolheram a tipologia em função do número de filhos. A contribuição era igual para todos. Toda a gente pagava 1000 escudos por mês. Foi uma maneira interessante de fazer as coisas. A partir de determinada altura. No início não era bem assim (...). Eu deitei há uns anos fora esse papelinho, onde a minha mãe apontava as horas que o meu pai fazia. Quando o meu pai vinha do mar vinha trabalhar para aqui. Vinha ele e vinham todos. Eu falei com o meu primo Manel e perguntei-lhe se toda a gente trabalhava. E ele disse-me que só não se lembrava de um vizinho, mas vinha a mulher, portanto, aqui trabalharam todos, Todos. Toda a gente vinha trabalhar. Pelo que percebi, toda a gente pagou a mesma coisa em função da tipologia.»

Casimiro Gomes (n. 1959)

«Eu trabalhei aqui a ajudar a acartar tijolos. Aqui aprendi algumas coisas. Não havia pedreiros daqui. A maioria dos pedreiros eram de fora. Quando chegavam camiões de material vinham ajudar a descarregar. Algumas mulheres também ajudavam. Eu descarregava cimento às costas, descarregava tijolos para entregar aos pedreiros. Fazia massa na betoneira. Ajudava a fazer. A cavar. Aqui começámos de baixo para cima. Tínhamos muitas pessoas a ajudar, voluntários.»

Dina Madeira (n. 1957)

«Estas casas têm muito cimento (...). Estas paredes estão bem fortes. Os alicerces têm muito ferro e muito cimento.»

Teresa Sares (n. 1951)

«Todos participaram. Eles diziam que nós ao participarmos, trabalhávamos aquelas horas e depois era descontado nos valores. Mas isso nunca aconteceu, porque as coisas foram sempre mudando e o dinheiro começou a ser pouco. E isso ficou sem efeito. Nunca foram descontadas. Trabalhámos sem descontar as horas que trabalhámos, mas não nos importámos. Logo no início da obra deram 90 contos por cada casa. Acho que foram 90 contos de subsídio a fundo perdido e depois fomos pagando. Nós não tínhamos dinheiro para comprar os materiais por isso não começámos a construir antes.»

Jacinto Pereira (n. 1954)

«As pessoas mais idosas que habitam aqui no bairro contribuíram muitas para construção do bairro. Eu, por exemplo não que era mais novo. Estive no estrangeiro. Ninguém me informou. A minha mãe ainda ajudou. Parte dessas pessoas mais velhas que contribuíram com o esforço do trabalho já morreram. As casas foram escolhidas à sorte. “Agora vamos sortear a casa número um. Fica para a senhora, o senhor fulano de tal. Você fica com aquela casa”. Aí já sabiam que aquela casa era deles. A casa ainda estava completamente pronta. Ainda não tinha as portas, por exemplo. Mas já sabiam que era deles porque foi sorteado. Eles ajudavam-se mutuamente. Era bom, havia essa disciplina e havia essa capacidade e vontade das pessoas se ajudarem umas às outras.»

Aurélia Mártires Silva (n. 1936/1937)

«Nós é que acabámos as casas. Havia valados nos quintais. Viemos logo para aqui, porque havia uma grande necessidade de ter uma casa em condições. Não tínhamos casa de banho. Todos os moradores vinham ajudar na construção. Ainda se falou em contar as horas de trabalho, mas depois não foram descontadas. Por acaso o Sr. José Luís falou nisso, que se descontava. Ajudei muito, muito. Acartava baldes de cimento, quando chegavam as armações de ferro. Ajudávamos no que podíamos. Juntávamo-nos as mulheres e foi assim. O meu marido ajudou pouco, porque ele andava no mar. Trabalhávamos o dia inteiro enquanto durava a construção. Ia sempre às reuniões. Como já sou velha lembro-me de muita coisa. O meu marido muitas vezes não vinha. Ele às vezes não estava de noite em casa. Nas traineiras onde ele andava, ficavam lá de segunda a sexta e vinham depois passar o fim-de-semana a casa. Eram uns barcos grandes. Tinha comodidades para ficarem lá a dormir. Ia a qualquer hora para o mar. Quando eles sabiam que tinham que ir. Sós vinha a casa ao fim-de-semana. Olhe, gritávamos: “Baldes de cimento, tijolos”. Quando chegava as betoneiras. Havia uma betoneira que era partilhada com Monte Gordo de vez em quando.»

Vitorina Andrade (n. 1940)

«A escolha não. Depois de feitas, foi ao calha metemos a mão dentro de uma bolsa e tirámos as chaves. Foi à sorte em função do número de quartos. As casas que tinham dois quartos tiravam à sorte. Não foi primeiro umas e depois outras. Então foi tudo ao mesmo tempo. Ficaram por acabar e a gente acabou.»

Jorge Bernardo (n. 1947)

«Nós tínhamos aqui um encarregado. O Veríssimo. Era de Cabanas, mas morava na Conceição. Não era sócio, ganhava. Ele é que era o encarregado. Depois quase no fim foi-se embora. Já estava quase tudo quase. Já tinha as paredes já estava tudo. Faltava os rebocos. Os caboucos, limpar

casas podia ser feito pelos moradores, agora rebocar, eles não percebiam nada. Davam uma ajuda. Faziam massa. Naquele tempo fazia-se mais na betoneira. A betoneira foi para Tavira. Tínhamos um dumper de quatro rodas, onde transportávamos o cimento. As placas eram todas feitas à mão. Não havia as máquinas que há agora. Andaram aqui uns 5 ou 6 pedreiros (...). Toda a gente participou na construção. As mulheres também. Os homens, os moços. As crianças com 9 ou 10 anos ajudavam. Para fazer os caboucos e outros trabalhos, quando estava mais gente e quando a malta tinha vagar.»

Deolinda Maie (n. 1935)

«Isto foi uma associação que apareceu. Assinámos e viemos trabalhar nestas casas. Eu dava o cimento, a areia aos pedreiros, tudo para eles trabalharem. Homens, mulheres e moços pequenos também. E moços também. Também vinham ajudar a acartar o cimento, a acartar os tijolos.

(...)

O meu filho mais velho era novinho. Começou a trabalhar novinho. Ele tinha 14 anos. Começou a trabalhar a dar cimento aos pedreiros.»

Manuel Rodrigues da Encarnação (n. 1936)

«Temos ali uma casa, que era o armazém, onde fazíamos as reuniões. Ainda hoje quando há uma reunião é aí que se faz. Foi a primeira casa que se fez, serviu para pôr o material de construção lá dentro. A construção começou pela abertura dos caboucos. Mas aquilo foi uma coisa, até foi uma coisa a mais. Havia caboucos que eram desta altura. É tudo em pedra bruta, cimento e ferro, sei lá o que aquilo levou. Qualquer casa daquelas aguenta com um terceiro andar em cima, aguenta com um terceiro andar (...). Quando vinham os carros carregados de coisas, era o pessoal que descarregava (...). Não apontávamos nada. Cada um trabalhava as horas que podia. Trabalhavam todos. Todos trabalhavam. Pois homens e mulheres, quando tinham vagar iam a trabalhar. Eu vinha ao sábado, andava na pesca, não podia vir. Mas chegava ao sábado e domingo e ajudava a trabalhar. Mas estava a minha mulher que estava a trabalhar sempre (...). Ajudava a minha mulher. Quando eu vinha ajudava eu e todos ajudávamo-nos uns aos outros.»

Ana Paula Bagarrão (n. 1955)

«Quando lançaram esta coisa dos bairros a minha mãe associou-se e ficou neste bairro, porque havia outro bairro. O outro ficou um bairro camarário. O nosso é que é o bairro SAAL. O meu pai já era mais velhote, mas também ainda veio para aqui morar, ainda morou aqui, ainda viveu aqui algum tempo e a minha mãe inscreveu-se. Depois começaram a fazer. As pessoas todas ajudavam nas obras, um levava um balde de cimento, outro levava isto. A minha mãe também contribuiu,

também ajudou. Essas horas não eram contadas. Era tudo em prol do bairro. Quem não podia, não ajudava. Só ajudava quem podia. As outras pessoas trabalhavam, quando tinham um bocadinho livre, vinham ajudar. Todos ajudaram. Todos. A minha mãe já estava reformada. Depois ainda foi trabalhar num infantário e ainda trabalhou muitos anos e ainda conseguiu uma reforma jeitosa. Eu nessa altura não estava cá. Estive no Montijo, em Vila Franca de Xira, estive em vários sítios (...). Lembro-me das casas meio construídas. Quando viemos para aqui nem sequer havia luz. A minha mãe como tínhamos a casinha, estava bem lá em baixo. A minha mãe não veio logo. Só veio quando deixaram pôr um cabo para as pessoas terem luz, porque ainda não havia electricidade. Estava tudo escavacado nas ruas. Nada estava como está hoje. Nem pouco mais ou menos. As coisas foram-se fazendo. Ainda demorou uns aninhos. Uns quatro anos (...). Todos trabalharam aqui. Eu não, porque na altura não estava cá, mas trabalhava a minha mãe. Meu pai já era mais velhinho, já não conseguia, mas todos trabalharam para isso. Isso ajudou muito. Já não me lembro quem foi, mas estiveram aí também pedreiros. Os que podiam, mulheres, homens, todos ajudaram.»

Cristina Mestre (n. 1958)

«Quando eu fui ver aquela casa para irmos a morar. Eram dois quartos. Agora é maior. Eram dois quartos, uma cozinha, e quando vejo a casa-de-banho. As minhas irmãs, quando viram a cozinha, “temos de lavar a loiça”. Queriam lavar. E a minha mãe dizia assim “amanhã já andam a guerrear, que já não querem lavar a loiça”. Eh pá, a gente para lavar loiça lá no quintal era um alguidar aqui, um alguidar ali a tirar água. Foi uma emoção. Dizia assim “Epá que casa tão grande”. Dava impressão de que não tínhamos nada para meter lá dentro.

(...)

Foi no dia 31 de março às 19h50 de 1979. Tínhamos uma mercearia ao pé e, como não tínhamos móveis nenhuns, pedimos caixas de papelão para trazermos as coisas para aqui. E a minha mãe disse: “só vamos de noite, ainda pensam que vamos abrir uma mercearia”. Eu tinha 20 anos. Não tínhamos nem luz, nem água. A primeira casa a ser habitada foi a da minha prima Ivone (...). O único casal ainda está na casa desde que foi construído é a Aurélia e o Sr. Manuel Pescada. A Deolinda Maie e o marido também são dessa altura. A última pessoa a ir morar para o projeto SAAL foi a Aida, que já morreu.

(...)

Quem tratava da Casa da Barca era a minha avó. Foi de lá que ela trouxe as tintas para pintar o quarto de cor-de-rosa e a outra verde.

(...)

Era para aproveitar os tijolos dados, associações, nós dávamos a mão-de-obra. Claro que tínhamos um pedreiro para rebocar e tudo. Davam bidões grandes de tintas, empresas de fora. Mais tarde, tivemos de fazer o quintal, porque o dinheiro já não deu para o quintal, para os quintais das casas.»

Bairro 1º de Maio

Odete Leal (n. 1958)

«Todos os meses nós pagávamos uma quota. Um morador que podia pagar a quota tudo bem. Quem não podia pagar a quota teria de ir trabalhar. Eu e o meu marido fomos trabalhar. Fui servir de servente de pedreiro. Acartar pedras, tijolo, baldes de massa para fazer as horas. Nós não podíamos pagar, porque o meu marido era pescador. Na altura nem sempre o mar dava. Ia ao mar ganhava 250 ou 500 escudos. 500 escudos davam para a nossa semana e não dava para mais, nem para pagar casas, nem para nada. Era para nós comermos simplesmente, porque estávamos a viver com pessoas de família. E então aquilo dava muito jeito. Íamos trabalhar. O meu marido andava ao mar e eu como ainda não tinha filhos na altura ia servir de servente de pedreiro. Quando ele vinha do mar ia ele servir de servente de pedreiro. E assim fomos vivendo e até que fomos conseguindo mais dinheiro e então fomos pagando as quotas todos os meses e também tive três filhas e depois não podia vir trabalhar. Fomos pagando. Já não me lembro quanto era. Sinceramente não sei precisar quanto era. 19 escudos 190 escudos? Não me lembro. Houve uma altura que não conseguia pagar. Todas as pessoas, a maioria delas mais velhas, muitas já faleceram, todas trabalharam neste bairro. Foram elas que fizeram de pedreiro e que trabalharam neste bairro. Quando ficaram prontas, quem não tinha dinheiro para pagar o empréstimo... Eu fui pagando sempre até 1990 ou 1992. Fomos pagando sempre, sempre, sempre. Quando se parou de pagar fez-se a escritura e ficámos então donos das casas e já não pagámos mais nada a ninguém. Foi 200 e tal conto que eu paguei no final de tudo, destes anos todos de pagar a quota. Foi muito bom gosto muito de viver aqui.

(...)

Foi muito difícil, principalmente para mim. Para mim, foi muito difícil. Custava me bastante carregar os baldes de massa e tijolos para dar aos pedreiros. Foi um processo um bocado difícil. Muito complicado. As pessoas que tinham algum dinheirinho, pois podiam pagar e não faziam isso. Agora no meu caso e do meu marido, que não podíamos pagar, tivemos que fazer isso e não foi fácil.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Isto das casas. Ai, eu estava tão contente, tão contente. Íamos ali às reuniões, onde hoje é Cruz Vermelha e começámos a construir as casas. Em vez de levar dois tijolos, levava três. Havia quem levasse só dois, que eram malandros. Só pelo prazer que tinha de ter uma casinha como havia de ser.»

Luciano Batista (n. 1947)

«Fizemos dois empréstimos do Fundo de Fomento da Habitação. Um de 13000 e um de 3000. 16 000 e tal contos. Íamos comprando quantidades enormes de material de construção. Íamos guardando o material todo aí. Onde está o polidesportivo era onde era o armazenamento. Pagávamos ao trabalhador e comprávamos sempre o material. Tivemos sempre material com fartura. Sempre tivemos excedentes que ainda cedemos aos indivíduos de Monte Gordo (...). A malta vinha à procura de trabalho. 12, 10 pedreiros. Contratávamos à semana. Nunca ficámos a dever dinheiro nenhum a eles. O último prédio aqui que foi construído foi este aqui e foi construído com o excedente do material que tínhamos e que vendemos, pois já não havia dinheiro para construir esta casa. Aqui não entraram empreiteiros nenhuns. A construção foi sempre por nossa conta. Não havia trabalho em lado nenhum vinham aqui à procura de trabalho. Era sempre pessoas a pedir trabalho. Havia um sócio que era o chefe de obra. Era o Sebastião Rodrigues. Já morreu. Era o encarregado geral e outro era o Vítor Peres. Fazia a contabilidade, pagava ao pessoal. Também era pedreiro. Morávamos todos aqui. Um já morreu.

(...)

Fomos independentes completamente. Comprávamos vinham trazer as coisas, tudo aqui. Ferro, cimento, areia, era tudo trazido pelos camionistas. Comprávamos o ferro à Metalfareense. Tínhamos moldadores de ferro. Contratávamos pedreiros e moldadores de ferro. Havia moradores que eram pedreiros. O Vítor, havia o presidente que era o Sebastião Rodrigues, que era o chefe aqui da zona toda. Ele tinha conhecimento em pedreiro mesmo. Já morreu. Era meu vizinho. Ele é que dominava aqui a construção toda. Ele é que andava sempre em cima. A pessoa entrava punha o nome “tem que pagar 25 escudos”. Aquele que trabalhava não precisava de pagar 25 escudos. Os pedreiros ganhavam ordenado. Era a profissão deles. Também tinham que dar aqueles 25 escudos. Quando pagávamos o ordenado descontávamos aquele dinheiro. Aqui era igual para todos. Uns pagavam e outros tinham que trabalhar. O que não trabalhava tinha que pagar. Foi assim que se construiu isto. Os moradores carregavam tijolo, baldes de areia. Nas sapatas eram os pedreiros que faziam. Os moradores carregavam os baldes de cimento. E levavam os tijolos até ao pedreiro. Encher pilares e as lajes. Ainda enchi muitos. Ainda vieram betoneiras. As lajes já foram feitas com as betoneiras camiã, dava menos trabalho do que uma pessoa estar a amassar pedra, cimento, carregar os baldes. O primeiro piso foi à mão, toda. Quando se acabou estava tudo em bruto. Quem entrava pintava a sua casinha à maneira que queria. A parte de fora foi a associação que pagou. O interior cada um escolhia as cores que queria. Pintavam um quarto de azul, outro de verde. “Amigos está feito, agora tomem a chave”. Já estava tudo rebocado. Era só pintar as paredes. Houve aí muitas mulheres a trabalhar. Quando o marido estava a trabalhar elas vinham ajudar.

(...)

Isto eram as horas que as pessoas pagavam a hora a 25 escudos. Quem não trabalhava tinha que pagar as horas. Uns trabalhavam e os outros tinham que pagar 25 escudos. Depois era descontado na conta de cada um. Os que desistiam recebiam o dinheirinho das horas que trabalharam.»

Isabel Veríssimo (n. 1948)

«Está o nome do meu marido, porque ele é que é o sócio. Quando agente se zanga ele diz que a casa é dele. “Então o que eu trabalhei? Não é meu”. A maior parte do trabalho fui eu e a minha mãe, porque eles depois houve um tempo que deixou, que não queria vir para aqui e eu embirrei que havia de vir para aqui. “Ah não queres ir trabalhar? Então vou eu com a minha mãe”. A minha mãe também era sócia também tinha uma casinha, mas depois adoeceu e para me vir ajudar a mim a fazer as horas dela desistiu da casa dela e depois recebeu o dinheiro das horas que tinha feito. A associação devolveu-lhe as horas que ela tinha trabalhado. Depois ela vinha ao sábado comigo fazer as horinhas, porque era ao sábado que eu estava assim mais disponível. Era 30 horas por mês. Era uma hora por dia, mas a maior parte vinha só aos fins-de-semana, porque durante a semana estavam a trabalhar.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Falávamos nas reuniões. Subi a escada e tudo com tijolos, com tijolos e cimento e essa coisa. Estas casas foram bem construídas, areia e cimento têm bastante. A gente quer pregar um prego só se for de aço.

(...)

Havia um homem aqui que era sapateiro. Não percebia nada de construção. Foi fazer uma parede teve que ser toda desmanchada. Ele era meu cunhado (...). “Agora se queres trabalhar carrega cimento areia, tijolos que há quem faça isso”. Quem fazia as paredes eram pedreiro profissionais. O meu marido era servente, não sabia fazer paredes. Isto ainda levou três ou quatro anos a construir.»

Noélia Cavaco Ribeiro (n. 1969)

«A betoneira era à mão, funcionava a gasóleo. Tinha um fiozinho que se puxava.»

João Moitinho, 1948-2004, entrevistado a 7 de agosto de 1998 por José António Bandeirinha (disponível no CD25A)

«Não havia nenhuma empresa. Não havia nenhuma empresa que tomasse conta da empreitada. Foi criado um grupo de trabalhadores (...). Uma Administração direta. As horas que cada sócio dava, que cada associado dava(...). Que tinha implicações no valor da casa. Portanto havia um valor que se atribuía a cada hora que se trabalhava e quem trabalhava tinha essas horas.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

6 O PAPEL DAS MULHERES

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio (n. 1955)

«As mulheres foram sempre muito mais participativas nisto do que os homens. Os homens participaram nas construções e as mulheres que não tinham cá os maridos também participavam na construção. Agora, em termos de assembleias, as mulheres foram sempre muito mais, muito mais participativas. Às vezes vinham os dois (...). O meu pai, se pudesse fugir, fugia sempre. Dizia: “O que é que eu vou lá fazer? Não vou lá fazer nada” (...). Em termos gerais, as mulheres foram sempre mais participativas nas assembleias.

(...)

Eu não estive cá, não assisti, mas a reunião a que eu fui no início percebi que quem mexeu os cordelinhos disto foram as mulheres. Não foram os homens. As mulheres é que tinham que viver naquelas casas e sem condições. Eram elas que sentiam isso (...). Tínhamos uma casa tão pequena, duas divisões. Só tomávamos banho mesmo uma vez por semana, porque nos outros dias lavávamo-nos à metade, primeiro uma metade e depois outra metade. Então, ao fim-de-semana a minha mãe tinha um alguidar grande de plástico e aquecia-se a água (...). As mulheres é que sentiam a diferença, é que tinham de estar a lavar no tanque com aquela tábua de madeira e que tinham que ir buscar água ao poço da vizinha. As mulheres é que sentiam isso. Na minha casa escorria água pelas paredes de inverno, mas literalmente escorria, porque aquilo tinha sido uma cavaliça que alguém pintou. Caiu que aquilo nem sequer era pintado, era caiado. Fez uma divisória, fez duas casas (...). Elas é que sentiam isto e foram elas que deram o impulso a isto.»

José Armindo (n. 1955)

«Falávamos todos nas reuniões. A participação das mulheres era igual à dos homens. Elas iam mais às reuniões que eles. Porque os homens desligavam-se mais desses blá-blás, de conversas. E as mulheres antigamente discutiam, mas também havia homens misturados.»

Teresa Sares (n. 1951)

«As mulheres aqui andaram sempre à frente dos homens em tudo para o trabalho para essas coisas, as mulheres vão sempre e ainda hoje continuam. E ainda hoje continuam. Se não forem as mulheres não fazem nada. Os homens não fazem. Sempre foi aqui. Um ou outro homem também faz. Na altura do início era só os homens.»

Maria Emília Costa (n. 1949), apoio externo ao bairro

As mulheres dos pescadores têm um peso muito forte, elas estão a gerir a casa, eles é que vão para o mar. Ela é que fica na casa com os filhos, por isso elas é que tomam conta de todo o ambiente familiar e têm um peso enorme. Eles não fazem nada sem ouvir a mulher. Elas podem ter ajudado muito na construção e na definição, mas nas assembleias eram mais os homens

Cristina Mestre (n. 1958)

«A minha mãe é que ia muito às assembleias de moradores, eu nunca fui. A minha mãe falava, a Maria Teresa também. O meu pai nunca foi, nunca estava normal.

(...)

O meu avô foi para a guerra civil de Espanha enterrar cadáveres. E ficou por lá mais de 9 ou 10 anos ele regressou mais tarde quando a espanhola lhe deve ter dado com os pés ou isso e voltou. A minha avó tinha ficado sozinha e depois não o quis. Ela tinha uma casa. A casa tinha um corredor grande, a parte de trás e a parte da frente. Ele ficou na parte de trás da casa e ela na parte da frente. “Onde estiveste quem te comeu a carne que te roa os ossos”. (...). A minha avó disse-lhe “foste enterrar os mortos ou”, como diz o Gabriel o Pensador, enterrar o ganso?”

(...)

As inquietações eram só para a minha mãe. Quando chovia. Chegou uma altura que eram tantas, tantas ratazanas que pareciam coelhos, tínhamos de fechar a porta, por causa das inundações (...). A gente tinha uma tábuia para podermos entrar no quintal. Um dia esta estava deitada, “ai que frio na mão” a casa estava quase a dar no pescoço. A casa estava em nome do meu pai, Joaquim Mestre, mas ele esteve-se sempre marimbando. A minha mãe era Maria Angelina Vieira, foi a sócia n.º 1. A minha mãe queria sempre aquela coisa de querer ter uma casa. O meu pai queria uma vida sem problemas e então a minha mãe teve sempre essa grande. Quando foi do Vasco Gonçalves apareceram uns tipos da UDP, era um professor de Tavira, José Manel do Carmo, a Mila e dois arquitetos de Lisboa.

(...)

A avó também ajudou a mãe a acartar tijolos.

(...)

A minha mãe ia de manhã à noite acartar tijolos e tudo. O meu pai, um dia, foi tirar um dente – parece que estou a ver – foi acartar um tijolo e, dizia a minha mãe, “teve um aborto”. Como quem dizia: “deitou sangue a montes”. Nunca mais lá pôs nenhum tijolo.»

Bairro 1º de Maio

José Veríssimo (n. 1950)

«As mulheres iam sempre. Iam mais mulheres do que os maridos.»

Isabel Veríssimo (n. 1948)

As mulheres carregavam os tijolos, os homens tinham o trabalho mais forte, levavam mais os baldes da brita essas coisas assim para os primeiros andares. Mas também havia muitas que em vez de levarem dois tijolos, levavam um. Faziam ronha. Eu se pudesse levar dois, levava dois. Houve uma altura que estive bastante mal dos rins e não sei se está ligado a isso. Porque carregar com os baldes da brita para cima para o primeiro andar ali num dos lotes

Maria de Lurdes Santos (n. 1955)

«As mulheres ajudavam e os homens vinham fazer horas que ficavam para a casa. As horas comunitárias ficavam para a casa. Tantos baldes de massa e tijolos que eu carreguei, aí junto com os homens e mulheres, havia muitas mulheres. Quem não trabalhava pagavam as horas em dinheiro. Havia muita gente que pagava em dinheiro, que não queria vergar a mola. Geralmente era sempre ao fim-de-semana que vinham fazer as horas. O meu marido durante a semana trabalhava aqui e ao fim-de-semana, ao sábado e ao domingo vínhamos fazer essas horas, fazíamos cinco ou seis, ou sete. Nós vínhamos trabalhar para a nossa casa. Para uma casa qualquer, porque nós sabíamos qual é que ia ser a nossa. Ele era servente de pedreiro. Quem orientava aqui a obra era um que ainda está vivo. Um senhor que é o Vítor Peres, que mora ali naquele prédio, o outro já faleceu. Ele é que orientava aqui. Apontava as horas que as pessoas davam. Quando as pessoas pagavam em dinheiro quem recebia era ele (...). Metade das pessoas já faleceram.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

7
A ORGANIZAÇÃO
REGIONAL

A organização regional

Manuel Dias (n. 1941), da equipa técnica das operações SAAL do Algarve-centro

«O SAAL aparece num período de organização popular virgem e inexistente. Há, de facto, organizações políticas que conseguem lutas sindicais. E no Algarve há um conjunto de lutas de corticeiros, dos pescadores, conserveiras, não é? Há, de facto, um historial importante de resistência, também porque havia a possibilidade de exercício de militância política. Essas coisas acontecem, mas não se consolida, digamos, a organização popular. Há clubes e associações culturais, como havia por todo o país, nomeadamente os cineclubes. Faro tinha um cineclube que vinha já dos anos 60, acho eu.»

«Todas as estruturas que viviam um bocado no “subterrâneo” começam a vir ao de cima. O objetivo era ir às massas, ir junto das populações, organizá-las e reivindicar. No caso do SAAL, nós conseguimos que as Associações de Moradores ficassem no espaço restrito da construção do bairro, da vida comunitária, da organização do próprio funcionamento. Porque há uma coisa que dizemos que é quase impossível de acreditar: aquilo que foi a capacidade organizativa porque a propriedade era coletiva, a amortização das prestações, dos empréstimos ao banco, era a associação que fazia o pagamento. Havia situações em que aquilo andava. “Vá, vamos lá juntar. Temos que agir”. A nível nacional, não há história de que alguma coisa tenha corrido mal, mas há um momento em que as coisas começam a atrasar, ainda antes da eliminação e da transferência da responsabilidade do funcionamento das equipas para as autarquias. Mesmo antes disso, começa a haver resistências: os dinheiros começam a ficar parados e as próprias equipas também porque eram aquelas que tinham mais depressa conhecimento do que poderia estar no horizonte.»

«Logo a seguir ao 25 de Abril, a organização popular é espontânea. Nomeadamente as comissões de moradores que faziam ocupações. As associações por todo o país, uma das coisas que privilegiam é fazer ocupações para fazer creches. Portanto, há na génese da mobilização a prestação de serviços públicos, não é? O que é que faltava? As crianças não tinham onde ficar. Tinham que ficar com os pais, com os avós. E em Faro, constituem-se duas comissões de moradores, mas chegam à conclusão que não vale a pena ter duas e fundem-se então para fazer uma ocupação de uma instalação devoluta, que eram um armazém de vinhos e coisas assim, e fazem uma cooperativa que, depois, evoluiu, e depois [muitos anos mais tarde], foram indemnizados para sair e [fizeram novas instalações], cujo projeto é do arquiteto Lopes da Costa, que fez o projeto da Coopofa, não é? Eu acho que é a única cooperativa de consumo constituída depois do 25 de Abril que ainda subsiste. Portanto, isto é um exemplo de como o SAAL ia ser alimentado facilmente, não é? A motivação não era só a casa. E os projetistas perceberam logo isso. Praticamente todas as associações tinham sempre um projeto social para o suporte da organização do bairro. A sala de espetáculos ou a biblioteca.»

«Em Quarteira, os pescadores tinham a promessa: o objetivo da operação era resolver o problema do bairro dos pescadores na praia, com cerca de 90 famílias. Também tinham a promessa do [Henrique] Tenreiro, o ministro da Marinha, há não sei quantos anos. Tinham sido promessas e promessas. Quando a gente lá foi, eles também ficaram de orelha arrebitada, não é? Mas já tinham ouvido falar do SAAL que já existia há mais tempo, já tinha saído o decreto, já havia alguma confirmação e o MDE já estava na rua a dar confiança às pessoas. (...) O SAAL é um projeto gonçalvista que acontece no tempo em que era possível fazer ocupações e serem legalizadas. No bairro da [Associação de Moradores] 11 de Março, a ocupação teve uma denúncia de ilegalidade por ser uma ocupação, mas não militar.»

«Das nossas andanças, fomos falando também daquilo que era possível, em termos organizativos, para poder ter acesso a financiamento (com taxas moderadas), com direito à utilização dos terrenos cedidos pelas autarquias em direito de superfície. Um grande número das primeiras cooperativas nasceu a partir da presença dos técnicos do SAAL no terreno. E o Algarve – não só o SAAL, como também o setor cooperativo no Algarve – teve os maiores índices de execução. O Algarve beneficiou do que foi o período do PREC. (...) Isto era uma terra de gente pacífica. Aliás, a cultura árabe, nós recebemos bem toda a gente. Não há memória de grandes ocupações.»

«[Em contraponto à situação mais pacífica no Algarve] O que pesava era o Norte, sem dúvida, em termos orgânicos, em termos de luta política. Aquilo era um sítio quente para trabalhar, não é? Por alguma razão, o atelier [sede do SAAL/Norte] foi queimado, as sedes do partido foram invadidas e queimadas. Nem em Lisboa se sentiu. Se bem que eu tenha ido algumas vezes para o Vitória para fazer segurança à noite.»

«Depois vem o Pinheiro de Azevedo, não é? A partir daí, há de facto uma grande modificação, há alterações políticas que vêm tentar conter esse perigo da organização popular. Claramente, os plenários são assim!... Aliás, há fotografias de plenários no Porto que encheram um pavilhão com moradores. As próprias equipas criam, entre elas, um órgão coordenador, onde se vai tentar assegurar a organização através da reivindicação a nível nacional. Editam-se folhetos. Muita, muita comunicação que corre de uns sítios para os outros. Portanto, há informação. As equipas vão transmitindo, vão trocando entre si.»

«[O Algarve] foi a única região do país que constituiu um gabinete para fazer o planeamento da região, que é o GAPA [Gabinete de Planeamento da Região do Algarve]. Aliás, vêm alguns técnicos de fora do Algarve para integrar a equipa. (...) O GAPA acabou por dar suporte legal àquilo que deixou de acontecer depois da Constituição aprovada e do regime democrático instalado. Deixa de

haver expropriações para fazer habitação. Isto, parecendo que não, tem ligação uma coisa com a outra: é a aceleração e a resolução de algumas burocracias que, se o processo corresse diretamente para as autarquias, não iam andar, não é? Assim, digamos, havia a possibilidade de, até em termos regionais, a localização, a dimensão e, digamos, todo o processo tivessem “as costas quentes” por verificação da justiça, da necessidade, e também o apoio técnico que não existia. A única equipa que teve logo desde o princípio arquitetos foi Lagos, por isso é que eles avançaram.»

«Nós ainda tivemos connosco, já na fase final, e depois ficou connosco já no gabinete da [cooperativa] Bloco que, entretanto, se constituíra a partir das duas equipas de Loulé e de Lagos, um arquiteto que tinha vindo de Moçambique e trabalhou connosco em Loulé. Ainda fez o [projeto] da operação de Ferreiras. Foi ele que projetou. Chamava-se Henrique Pais.»

«A [operação] 11 de Março [em Olhão] é, de facto, para mim, e para o Lopes da Costa também, uma referência interessante por causa do princípio de organização com princípio meio e fim. É quase como a [cooperativa de projeto] Bloco, cumpriram uma meta e deram continuidade. No caso desta associação também. O processo é construído, na maior parte, por gente da construção civil – aqueles que aparecem na fotografia não eram amadores, era mesmo gente da área – e depois quando acaba a obra, ficam como uma empresa cooperativa de construção [designada Cooptar], que durou mais do que a Bloco.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

8
O BAIRRO HOJE

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio (n. 1955)

«Nós não temos uma missão definida. O que a gente não quer é deixar morrer isto. E aproveitar este espaço que é o jardim. Porque o jardim não é o jardim de Cabanas é o jardim do bairro SAAL. Tenho que confessar o pecado. O mérito é da Teresa. Elas enfeitam o jardim o ano todo no inverno põem umas coisas, no verão põem outras, põem flores, põem casinhas, passarinhos, abelhas. Fizemos os Santos Populares. Já é o segundo ou terceiro ano que fazemos os Santos Populares. O São João e o São Pedro. Sim, porque o Santo António é de Tavira. Apesar do dia da cidade ser o S. João. O mais forte em Tavira foi sempre o Santo António. Aqui nós fazemos o São João e o São Pedro. E este ano fizeram também a Noite Branca. No último sábado de setembro fizeram a Noite Branca, que foi ainda mais participada do que os Santos Populares.

(...)

O que falta fazer? Falta efetivamente arranjar maneira de não apanharmos com as inundações todas que vêm lá de cima. Fizeram uma obra nessa estrada, gastaram um balúrdio nessa estrada, puseram esses passeios muito bonitos.»

José Armindo (n. 1955)

«Houve uma cooperativa lá na Conceição, em que por acaso estive inscrito. Nessa altura andava ao mar. Estive inscrito, mas depois desisti. Comecei a fazer contas. Não vale a pena. Ando ao mar aqui nas Cabanas e ter de ir de inverno a pé, apanhar chuva, e vento, chegar ao barco molhado, encharcado... Eu todos os dias tenho de ver o mar. Todos os dias. Um dia que não vejo. Tenho água salgada aqui dentro.

(...)

As festas deviam ser o dobro daquilo que são. Quanto maior for o convívio, as pessoas tornam-se mais humanas. Aqui a gente tem feito isto. Pronto, praticamente desde que isto é SAAL e cada vez temos mais gente. Ainda não houve uma discussão (...). Esta atividade não tem a ver com o SAAL, tem a ver com os moradores do SAAL. Porque não querem que as nossas tradições morram. Porque está tudo morto. E a gente tem aqui duas ou três mulheres. Uma é a minha, outra é a Teresa. Eu sou o braço direito da manutenção e enquanto puder, estou cá. Sempre fiz parte das festas. Cheguei a fazer parte de cinco comissões de festas: Nossa Senhora do Mar, Nossa Senhora da Conceição, Festa dos Pescadores, São João, Entrudo e Junta de Freguesia. (...). Para mim é uma alegria. Até parece que as sardinhas saltam da grelha. Tenho gosto em fazer. Não olho a compensações.

(...)

Sinceramente, eu não vejo como é que vai ser o futuro disto. Não vejo, porque ninguém se chega à frente para dizer ok, vamos fazer isto. Ou ao menos para dar ideias. Não há, não há (...). Os novos não se interessam muito aqui pela associação.

Aqui fazem-se coisas e no resto da vila não há nada (...). Esta criatividade que surgiu há, sei lá, sete ou oito anos, não teve a ver com a origem do SAAL. Eu acho que teve a ver com o facto de as pessoas sentirem necessidade de fazer alguma coisa, de se entreterem e sobretudo, essa questão de usar, de embelezar este espaço público que no fundo, está no meio do bairro, não é? Então elas sentiram necessidade de embelezar isto e começaram a dizer vamos fazer isto, vamos fazer aquilo. “Ok, então vamos”. “Este jardim não tem flores. Só têm árvores. Nós podemos fazer flores e pôr flores aqui”. Portanto, as primeiras coisas que nós fizemos foi tudo com materiais reciclados, com garrafas de plástico, com garrafões de plástico. Não tínhamos dinheiro. Fazíamos com isso, pintávamos as flores de plástico fizemos. E quando começámos, éramos para aí uma, duas, três, quatro, quatro, cinco, seis. Éramos para aí umas seis com aqueles, dois com aquela, aqueles dois ajudantes que normalmente só ao fim-de-semana.»

Teresa Sares (n. 1951)

«Não quer dizer que sejam só os daqui. Eu, por exemplo, já tenho dois netos que gostam de Cabanas e podem-se envolver. Tenho a minha filha que também não está e o meu genro também gostam de estar aqui podem vir para aqui. Eu não estou preocupada com quem vai para a direcção. E já pensei nuns moços novos. A gente ajuda, mas eles é que vão à frente. Nós já não sabemos fazer o que eles fazem. Eu já tenho andado a incentivar os mais novos para avançarem. Avançam. Somos sempre os mesmos. Já aborrece. As ideias são sempre as mesmas.»

Jacinto Pereira (n. 1954)

«As pessoas tiveram de ir para a casa dos pais. Os pais morreram ficaram os filhos. Alguns filhos que já morreram ainda novos, as casas foram vendidas. Poucas, felizmente. Ainda estamos aqui muitos. Tem-se mantido dentro da linha familiar a maior parte. Esta associação é muito fraca. Uma das coisas boas que a associação tem é mantermos os sócios todos integrados. Eles não são obrigados a ser sócios. Depois de comprarem as suas casas, cada um fazia aquilo que quisesse. Isto deixou de ser uma associação no sentido oficial, mas foi-se mantendo como associação, porque os sócios assim quiseram. Por acaso sou o presidente da Assembleia Geral. Mantemos o espírito associativo e mantemos também aquela coesão de que existe efetivamente uma associação aqui ainda. Os moradores não aderem muito. Mobilizar para quê para nada. Fazemos uma festa de vez em quando, uma vez ou duas por ano ali. A maior parte das pessoas participam, mas não têm intervenção ativa. Nem contratam os grupos musicais, é só uma pessoa ou duas que trata disso.»

Bairro 1º de Maio

Maria de Lurdes Santos (n. 1955)

«Soubemos quais iam ser as nossas casas quando isto já estava tudo feito. Chamavam-nos e diziam: “a tua casa e além, a tua casa é além”. Eu disse “Como tenho as moças mandem-me lá para o fundo”. Mandaram-me para aqui. Tinha quatro moças. Tenho a vaga ideia de chegar aqui a casa. Ela já andava, ela já andava na primária na escola primária. “Eu sei que vim para aqui no dia 1 de maio, mas já não me lembro em que ano. Vim no dia 31 de abril para aqui. Eu moro aqui há 48 anos. Era uma casa boa para os meus filhos, nunca tínhamos tido uma casa tão boa como esta. Era bom, era uma alegria. Duas filhas em cada quarto.»

Anabela Martins (n. 1974)

«Chegámos aqui, tínhamos os quartos, tínhamos uma sala, tínhamos a cozinha, tínhamos a casa, a casa de banho. Foi uma alegria.

(...)

Eu lembro de brincar muito aqui fora. Brincámos muito com as mães quando foi uma comunidade aqui ativa entre todos. Brincávamos, pulávamos. Os miúdos todos. Os mais velhos brincavam muito connosco aqui na rua. Não havia nenhum carro. Era brita. Brincávamos na rua, mesmo à noite.»

Odete Leal (n. 1958)

«Foram muito complicados aqueles anos, quando perdi o meu marido e tive que criar as minhas filhas. Havia entreatajuda entre as pessoas. Por exemplo quando faleceu o meu marido. Aqui neste bairro o primeiro a falecer foi o meu marido com 47 anos. Foi uma das primeiras pessoas das pessoas que vieram aqui para o bairro, pessoas novas ainda, o primeiro a falecer foi o meu marido. Houve uma grande solidariedade entre as pessoas todas aqui do bairro. Vieram todas a ver como é que eu estava, o que é que precisava. A que ajudou mais foi a vizinha do lado. Foi a pessoa mais importante da minha vida até hoje. Ainda agora, quando fui operada aos meus joelhos. Quem foi a pessoa importante que esteve à porta à espera de mim, com um bolo e um chá? Foi a minha vizinha. Não há melhor do que a gente se dar bem com o vizinho do lado. É muito importante darmos-nos bem com as pessoas que nos rodeiam. Falamos com toda a gente. Bom dia, boa tarde, tudo bem? Conheço toda a gente, falo com toda a gente, mas a minha vizinha do lado é a pessoa mais importante da minha vida. Só a conheci quando vim viver para aqui. Ela é como se fosse família.

(...)

Eu dou-me bem com toda a gente. Há pessoas que já venderam as casas, por exemplo. A Câmara tem o direito de preferência, por causa do terreno. Mas há muita gente nova que já mora aqui. Mas eu dou-me muito bem com eles. Tem aqui um casalinho aqui à frente que tem três crianças e a

gente dá-se muito bem. Esse casal até começou a trazer-me prendas no Natal. No natal passado trouxe duas garrafas de vinho e uma caixa de chocolates. E este natal a mesma coisa. Não estava à espera, não estava. Muito, muito bom. Pronto, nós também quando temos qualquer coisa, retribuímos. Por exemplo, tive fruta a mais, trazem-me um grande saco de laranjas de amigos. “Olha, vamos lá dar meia dúzia de laranjas ao Fábio e para os miúdos”. Vem o meu cunhado que anda ao mar apanha umas lulas, apanha uns chocos e polvos, “vamos lá levar ao Fábio meia dúzia de lulas e chocos”. E repartimos assim, entre pessoas que gostamos mais e que nos damos mais. E pronto e ficámos amigos das pessoas.»

Fátima Sabino (n. 1946)

«Ai, sei lá, eu imagino que isto vai continuar como estava. E estamos em paz, não estamos em guerra uns com os outros. Entendemo-nos todos bem. Estamos sempre, pelo menos os mais antigos. Quando eu tardo mais a abrir a minha marquise, já as minhas vizinhas estão alerta. O que é que aconteceu à dona Fátima? Tentam logo saber. Somos amigas. Estamos prontas a ajudar uns aos outros. E agora já posso pouco. Mas se surgir uma pessoa qualquer que precise que faça alguma coisa, ainda faço, embora com dificuldade.

(...)

Isso foi quando o meu marido foi para a direção ele é que comprou uma televisão para ali e faziam jogos de cartas. Mas depois aquilo acabou porque as mulheres não estavam de acordo que os maridos ficassem ali até às tantas. A salinha só foi utilizada fora das reuniões. Só foi utilizada nessa altura. Gastou muito dinheiro assim. Dizem os outros “mal gasto”. Mas ele achava que era bem gasto, porque estavam ali os outros a usufruir daquilo. E ele achava que era bem. E nessa altura fizeram tudo até que o derrubaram mesmo.

(...)

Então fazia-se a festa do São João. Esta rua era a única que era enfeitada. Chegámos a fazer o dia da vizinha, quando estava aqui. Faziam aqui à minha porta. Púnhamos a mesa ali. Convidava-se as vizinhas e elas vinham comer. Cada uma trazia qualquer coisa. Havia ali um canteiro onde as pessoas faziam horta, semeavam e aquilo dava muito, porque era um terreno bom. Vários moradores.

(...)

Tirando as festas em muitos fins de tarde e noites, os moços juntavam-se para jogar determinados jogos, faziam muitos jogos quase todos os dias.

(...)

As maratonas de futebol juntavam duas ou três gerações. As maratonas duravam três dias seguidos a jogar assim, sem parar. Então aquilo era de uma pessoa enlouquecer. Ainda bem que acabaram com aquilo. Era muito barulho.»

Noélia Cavaco Ribeiro (n. 1969)

«Oh, não era nada como agora, porque agora é só telemóvel. Nós jogávamos, pulávamos ao elástico, à corda, fazíamos jogos. Porque aqui a estrada era em terra. Jogávamos à macaca, juntavam-se aqui uns quantos moços, jogávamos ao ringue uns contra os outros, os solteiros contra os casados, os casados que eram mais novos, que viviam com os pais. Isto não tem nada a ver com o que é agora. Passávamos muito tempo juntos. No verão, então brincávamos até às tantas na rua. Já os meus filhos que vieram para aqui um tinha 3 meses e o outro tinha 9 anos, já foi diferente. Já estava aqui isto feito assim, já foi diferente. Brincavam, mas ali atrás (...). Crianças aqui já há poucas. O meu pai como não vê tem que andar a contornar os carros. Às vezes os meus netos vêm para aí e eu vou com eles ali para trás ali para o parque infantil e para o polidesportivo.»

Paulo Sabino Jesus (n. 1968)

Eram interessantes aqueles debates. Quando havia eleições ninguém queria. Só queriam falar. Eram grandes lutas e gostávamos. Ali ao lado da cantina ou supermercado havia uma salinha que era bastante curta ou ainda é curta. Mas antes da reunião havia sempre aquele jogo de cartas em vez de ser a dinheiro era a reбуçado, a malta gostava de reбуçados (Paulo Sabino Jesus, n. 1968). Para mim o que mudou foi ter muito mais pessoas da minha idade. Mas depois é interessante jogos tradicionais que hoje se calhar os miúdos nunca ouviram falar que era o jogo do ringue, o jogo do lenço, a própria mosca, a deserta, nesses jogos assim, uma equipa contra a equipa. Era interessante. Desde a mulher casada, o homem casado, o miúdo. E jogávamos todos porque a rua esteve muitos anos, a rua principal sem alcatrão, mas também não era terra, eram pedras à espera que se fizesse um pavimento. E mesmo com essa dificuldade, a gente jogava o ringue, jogava essas coisas ali no meio da rua. Diariamente. “Oh vizinha não quer jogar?” e as pessoas que podiam até deixavam as tarefas e vinham jogar durante o dia ou à noite. À noite era frequente. Duas três gerações diferentes a participar no jogo. Isso para mim vier de uma rua que tinha um rapaz e uma rapariga e de repente tínhamos este convívio. Apesar de ter muitas pessoas da minha idade às vezes até preferia jogar ao ringue porque havia mais respeito e convívio e o convívio durava um pouco mais. Os carros não passavam porque era mesmo pedra grande. Como não havia estrada aqui antes, porque era uma horta. Esteve aí uns dez anos, com as pedras sem alcatrão nenhum, nem permitia às bicicletas andarem. Nos dias de festa limpávamos a erva, porque aqui era mesmo horta, aqui nem havia muitas árvores. Só a meio do polidesportivo é que começavam as árvores.»

José Veríssimo (n.1950)

«O que mudava no bairro? Era pintar as casas. Eles prometeram pintar.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Acho que era preciso pintar as paredes do bairro. As paredes. Isso é que era bom. Pintar paredes. Prometeram-nos na Câmara. Já há tanto tempo.»

ENTREVISTAS SAAL TAVIRA

O DIREITO À HABITAÇÃO⁹

Bairro SAAL de Cabanas

Manuela Basílio (n. 1955)

«Devia haver mais projetos SAAL, era interessante (...). Aqui em vez de fazerem tantos apartamentos turísticos... A Câmara agora vai construir ali mais um bairro camarário ali em cima. Não são só as casas que estão caras os terrenos também estão caríssimos, porque senão as pessoas organizavam-se em cooperativas. É tudo para fazer apartamentos para os turistas. E onde é que está o terreno para as pessoas se organizarem em cooperativas? Não há (...). Agora aprovaram uma lei para limitar o alojamento local, incentivaram as pessoas a investir no alojamento local e agora já não há casas para alugar para as pessoas. O alojamento local é muito mais rentável. Agora querem limitar o alojamento local. Mas e as pessoas que investiram? Lisboa, Tavira, só se vê AL nas portas. Já vai para um caminho melhor. Já não é toda a gente que pode fazer. Mas têm que arranjar maneira de reduzir, porque o turismo no Algarve vai estostrar, vai estostrar com isto, vai estostrar, porque o problema é que o Algarve só vive do turismo. Não vive de mais nada. Não temos mais nada. Não temos uma indústria. As conserveiras acabaram todas. O que é que a gente produz aqui no Algarve? Enquanto houver esta ânsia de chamar turistas. Isto começou já há muitos anos. As pessoas começavam a alugar as casas particulares, a alugar casas particulares e a fugir aos hotéis.»

Jacinto Pereira (n. 1954)

«Claro que sim, que era preciso um novo SAAL. Até mais do que um. Só aqui para Cabanas era preciso pelo menos umas 200 casas. Quando eles fizeram isto, a Câmara fez o bairro ali em cima e não se fez mais nada.»

José Armindo (n. 1955)

«Hoje a falta de habitação é descomunal. Por exemplo, ainda hoje há filhos a viver com os pais sem terem possibilidades de ter uma casa. Os ordenados não chegam para pagar alugueres, não chegam para pagar essas coisas todas. É complicado (...). Eles agora têm feito cooperativas, mas as cooperativas também não têm apoios praticamente de ninguém, não têm apoios do Estado. Ao fim e ao cabo tornam-se caríssimas e as pessoas não têm a possibilidade de ter uma casa, ter um aconchego, uma casa, pronto como nós temos. Há tanta terra abandonada.»

Bairro 1º de Maio

Noélia Cavaco Ribeiro (n. 1969)

«Se houvesse outras ou outras associações que fizessem o mesmo para os jovens que querem comprar casa e não conseguem. Isso era bom. Isso era bom porque as casas estão muito caras. Há jovens que querem comprar uma casa e não conseguem, porque são caras. Antigamente acho que as pessoas eram mais unidas.»

José Manuel do Carmo (n. 1950)

«Passados 50 anos, acho que que é exatamente o mesmo. Ou seja, estamos numa época em que é preciso e o Estado não resolve. O Estado provavelmente não pode resolver assim centralmente. O Estado pode fazer o que fez o Estado nessa altura foi dar poder às pessoas. Organizem-se em estruturas. Nós damos isto, damos aquilo, damos aqueloutro. Em vez de sermos nós a construir as casas, construam-nas vocês propriamente com a vossa própria força de trabalho, ou contratam outros.»

Adelina Candeias (n. 1934)

«Acho que foi por causa do 25 de Abril que a gente conseguiu construir, que ainda custou muito. Pronto, lutámos muito. O meu marido e outras pessoas que iam a Lisboa e depois a ver se conseguiam fazer. Mas lutaram muito e conseguiram. Se não fosse isso, não tínhamos as casas.»

Vitorina Martins (n. 1947)

«A habitação está muito mal para os jovens. Porque está tudo aumentado e eles têm que estar a viver com os pais. Eu tenho dois a viver comigo. Acho que era importante que houvesse um novo SAAL. Os ordenados são baixos e valor das casas a subir, subir, subir. O custo de vida sobe o dobro e os ordenados mantêm-se, como é que uma pessoa pode viver?»

Manuel Dias (n. 1941), da equipa técnica das operações SAAL do Algarve-centro

«O SAAL é um fruto e uma consequência, não é um ponto de partida. A mobilização das pessoas, a capacidade de começarem a pensar na vida, as ocupações para fazer creches, isto e aquilo. A habitação é também uma necessidade. (...) E há condições para e está aberta a porta para poder

encontrar respostas. Mas é o 25 de Abril e é o Vasco Gonçalves e o Movimento das Forças Armadas que abrem a porta a todo este processo. Portanto, o SAAL é possível [hoje]. É possível porque as condições hoje não estão muito longe daquilo que era no 25 de Abril em termos de necessidade de habitação, não é? [...] O filme [*As Operações SAAL*] do João [Dias] abre com uma declaração do Teotónio Pereira com a história: “Quando foi a construção da Ponte 25 de Abril todos aqueles terrenos tinham grandes áreas de ocupação com barracas. Ia lá o técnico fiscal e dizia ‘Esta é para deitar abaixo, desmontem que a gente depois...’.” As pessoas, os locatários, desmontavam, a Câmara punha lá uma camioneta e ia pô-los noutra sítio. Isto comparado com aquilo que aconteceu em Loures, digamos, é a diferença entre o humanista e o terrorista. Hoje o SAAL era possível? As pessoas estão cá exatamente com as mesmas possibilidades, com as mesmas necessidades e, se calhar, com as mesmas motivações de poder dizer que vou acreditar que isto é possível. Venha de lá o decreto, ou, se não vier, nós tratamos disso, desde que nos deem a liberdade para nos podermos organizar. Eu não tenho dúvidas disso e, se calhar, nem seriam precisas equipas SAAL porque iam ver como é que o SAAL tinha funcionado e iam ver os filmes. “Olha, os gajos fizeram assim naquela altura, portanto vamos nós tratar disso. Os arquitetos hoje, [já] não era preciso virem de Lisboa, não é? Há formação e há informação. O problema da habitação é político.»

